



Relatório da CPI do Banestado sai no dia 7 de dezembro

PÁGINA 5

Aprovadas penas mais rígidas contra trabalho escravo

PÁGINA 6

CPI do Desmanche conclui as investigações até dia 15, diz Tuma

PÁGINA 5



PARCERIAS

O projeto que institui as parcerias público-privadas poderá ser votado quarta-feira pela CCJ, de onde seguirá para o exame do Plenário.

PÁGINA 5

PLENÁRIO

Vinte propostas aguardam votação de medida provisória que obstrui a pauta do Senado. A MP trata de ajuda humanitária ao Paraguai.

PÁGINA 2

ORDEM DO DIA

Começa a funcionar esta semana a ordem do dia eletrônica. A medida agilizará o trabalho do Plenário e trará economia de papel.

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Proposta do Conselho Federal de Justiça deve chegar logo ao Congresso

Varas agrárias poderão apressar julgamento de conflitos no campo

PÁGINA 3



J. FREITAS

Trabalhadores rurais protestam, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, contra massacre de sem-terra em Minas Gerais

cidadania



Aprenda a gastar menos com serviços bancários

Especial Cidadania traz direitos do consumidor, além de dicas sobre como enfrentar irregularidades e ter maior segurança nas operações bancárias.

PÁGINA 16

Reforma da Justiça abre nova etapa em 2005

PÁGINA 4

Projeto deve alterar tramitação de MPs

PÁGINA 8

Comissão de Orçamento aprova salário mínimo de R\$ 283

PÁGINA 7

agenda

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Delegação russa – A comissão recebe visita de delegação da Assembléia Federal da Rússia.

Empréstimos – Constan na pauta duas mensagens do Executivo solicitando autorização para empréstimos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O primeiro, no valor de US\$ 30 milhões, será adquirido pelo governo do Maranhão; e o segundo, de US\$ 24,075 milhões, pela prefeitura municipal de Betim (MG). Os recursos se destinam ao financiamento parcial do 2º Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão e ao Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.

10h – ASSUNTOS SOCIAIS

Orçamento – A comissão se reúne para votar emendas ao Orçamento de 2005.

11h – COMISSÕES MISTA DE ORÇAMENTO, DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Metas econômicas – As comissões vão ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ele avalia o cumprimento dos objetivos e metas das políticas econômicas durante o primeiro semestre de 2004.

11h – EDUCAÇÃO

Ensino fundamental – A proposta torna obrigatório

o início do ensino fundamental aos seis anos, antecipando em um ano o ingresso à escola (PLS 236/01). Autor: ex-senador Ricardo Ramos. Relator: senador José Jorge (PFL-PE).

Censura a espetáculos – Projeto muda para 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões (PLS 47/04). Autor: senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Relator: senador Demostenes Torres (PFL-GO).

10h – LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Orçamento – O colegiado vota quatro emendas para o Orçamento do próximo ano.

11h – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Emendas – Discussão e votação das emendas da comissão ao Orçamento da União para 2005.

14h – SUBCOMISSÃO DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Banco Nacional – A comissão realiza audiência pública para discutir o processo de liquidação do Banco Nacional. A reunião conta com a participação do ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, do liquidante da instituição, Reginaldo Brandt Silva, e do ex-liquidante Abdiel Andriolo de Andrade.

QUARTA-FEIRA

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Audiência – Votação de requerimento que convida o ex-secre-

tário executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner de Sousa Campos, para participar de audiência pública na comissão. Autores: senador José Jorge (PFL-PE) e senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Febre aftosa – O projeto penaliza o produtor que deixar de notificar às autoridades a presença de foco de febre aftosa em seu rebanho. Pune ainda quem deixar de vacinar, impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias (PLC 76/04). Autor: deputado Alex Canziani (PTB-PR). Relator: senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Após a ordem do dia – COMISSÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Relatório – A comissão externa, que apura as questões relativas à demarcação de terras indígenas em Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará, vota o relatório da viagem feita pelos integrantes a Rondônia.

QUINTA-FEIRA

10h – COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

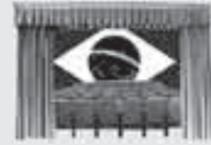
Metas fiscais – A comissão realiza audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, que faz uma avaliação do cumprimento das metas fiscais sobre o último quadrimestre.

Paquistão – O presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, realiza nesta segunda, às 15h30, visita oficial ao Congresso Nacional. Ele será recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, no Salão Nobre.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h30: Sessão não deliberativa



TERÇA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária. A pauta está trancada por medidas provisórias.

Ajuda ao Paraguai – A medida provisória (MP 204/04)



autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária ao Paraguai, para dar suporte às vítimas do

incêndio ocorrido em um supermercado em Assunção, em agosto deste ano. O texto prevê a doação, pelo governo brasileiro, de medicamentos e insumos e ainda a cessão de uso de equipamentos e suporte técnico indispensável. Autor: Poder Executivo.

Fundef – Votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 29/02) que duplica o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Autor: ex-senador Francisco Escórcio. Relator: senador José Jorge (PFL-PE).

Idosos – Votação, em primeiro turno, da proposta que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). Autor: senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Relator: senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Cultura – Última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposição que cria o Plano Nacional de Cultura,

de duração plurianual (PEC 57/03). A iniciativa visa buscar o desenvolvimento cultural do país

e a integração das ações do poder público que promovem a defesa do patrimônio cultural brasileiro, a formação de pessoal qualificado para a gestão cultural, entre outros. Autor: deputado Gilmar Machado (PT-MG). Relator: Marcelo Crivella (PL-RJ).

Orçamento – O projeto em discussão torna o Orçamento impositivo (PEC 22/00), obrigando o governo a executar a lei orçamentária aprovada pelo Congresso. Autor: senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Relator: senador César Borges (PFL-BA).

19h: Sessão conjunta do Congresso Nacional

Créditos suplementares – Os parlamentares devem votar quatro projetos (PLNs 80, 87, 91 e 102/04) que liberam recursos do Orçamento em favor dos estados e municípios; de diversos



órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União (MPU); e do Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério da Educação.

QUARTA-FEIRA/QUINTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária. A agenda depende do resultado das sessões anteriores.

SEXTA-FEIRA

9h: Sessão não deliberativa

Plenário tem 20 matérias em pauta, à espera da votação de MP

O Plenário do Senado tentará votar nesta terça-feira uma medida provisória (MP) que obstrui a pauta. Só depois disso é que os parlamentares poderão examinar outras 20 matérias, entre elas oito propostas de emenda constitucional (PECs) e oito projetos de lei. A MP já está com prazo de tramitação no limite, o que lhe dá prioridade de votação.

Assinada pelo presidente Lula em agosto, a MP 204/04 autorizou o governo brasileiro a enviar ajuda humanitária ao Paraguai, principalmente remédios, após o incêndio que matou 369 pessoas em um supermercado de Assunção. No decorrer da semana, a pauta poderá ser novamente obstruída com a chegada de novas medidas provisórias da Câmara, onde 18 aguardam votação. Todas elas ainda vão ser examinadas pelo senadores.

Das propostas de mudança na Constituição que estão à espera no Senado, quatro podem ser votadas em primeiro turno na terça-feira, caso a pauta seja desobstruída. Encabeça a lista um projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que torna

obrigatório o comparecimento do presidente da República ao Congresso todo dia 15 de fevereiro, quando há sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do ano. A segunda PEC prorroga por dez anos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Sem a emenda, o fundo será extinto em dois anos.

Oito propostas de emenda à Constituição aguardam exame dos senadores

Outra proposta de mudança na Constituição que pode ser votada (PEC 01/03) determina que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie. O projeto é de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Também durante a semana, os senadores devem debater e votar, em primeiro turno, projeto de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna obrigatória a execução do Orçamento da União aprovado pelo Congresso, permitindo alterações em casos excepcionais. Consta ainda da pauta proposta de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estabelece normas para agências reguladoras de serviços públicos, incluindo seu controle externo.



JANE ARAÚJO

Senado terá ordem do dia eletrônica

A Mesa do Senado, reunida na quinta-feira sob a presidência do senador José Sarney (foto), decidiu autorizar a operação da ordem do dia eletrônica a partir desta terça-feira. Além de agilizar o trabalho do Plenário, a inovação terá como vantagem a economia de papel. Cada senador encontrará em sua bancada o equipamento - um *tablet.pc* - que permitirá a consulta a todos os itens da pauta e seus anexos sem precisar de teclado, com a utilização de uma caneta.

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e os diretores do Prodasen, Petronio Barbosa de Carvalho, e da Área de Desenvolvimento de Sistemas, Constantin Metaxa Klades, participaram da reunião. Para Constantim, a economia de papel e gastos de impressão permitirá o retorno do investimento - R\$ 1.041.561,84 - em sete meses.

CONFLITOS NO CAMPO Objetivo da Justiça agrária é reduzir mortes, mas proposta ainda enfrenta resistência

Varas agrárias podem agilizar julgamentos

Proposta de emenda constitucional que cria as varas agrárias da Justiça Federal deverá ser encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional até o fim do ano, institucionalizando um trabalho que já está sendo desenvolvido pela Justiça estadual em Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Essa é a expectativa do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que nesta semana irá definir com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, a data em que a proposta, já aprovada pelo Conselho de Justiça Federal, será entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o presidente do Incra, Holf Hackbart, a especialização na área agrária irá repercutir de forma positiva no julgamento dos conflitos no campo. A criação de uma justiça especializada abrirá, também, de acordo com Hackbart, oportunidade para a aplicação do direito agrário no julgamento de causas que envol-

vem a posse da terra.

– Muitos conflitos que ocorrem hoje poderiam ser evitados se as normas ditadas pelo direito agrário fossem aplicadas, como o dispositivo que condiciona o cumprimento de liminar ao entendimento prévio com os trabalhadores, Incra e, ainda, uma visita à área do litígio – explicou o presidente do Incra. Ele lembra que muitas liminares são cumpridas “de forma açodada e sem que o juiz conheça a situação dos acampados”, o que acaba criando confrontos.

Holf Hackbart acredita que a proposta contará com apoio no Congresso Nacional, e atribuiu algumas críticas à iniciativa, como de movimentos ligados aos trabalhadores e produtores rurais, ao fato de a Justiça hoje ser morosa no julgamento de ações que envolvem disputas no campo. Entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) manifestaram que as varas federais só irão funcionar de forma efetiva “se forem



Sem-terra participam na CPI da Terra de debate sobre morte de trabalhadores em Minas Gerais

adotadas junto com uma política estrutural de reforma agrária, que altere os níveis de concentração das áreas, que na maioria são públicas e foram passadas para a iniciativa privada”.

Desconhecimento gera rejeição da proposta

As reações contrárias à Justiça agrária, na opinião de Alvaro Dias, se devem mais ao “desco-

nhecimento da proposta”.

– Uma das preocupações é a de que poderia haver conflitos entre a Justiça Federal e a Justiça estadual, o que não deverá ocorrer – acredita o senador. “Os juízes federais ficarão lotados nas capitais, mas quando houver algum conflito irão até a área disputada para avaliar a situação, cabendo a eles julgar apenas se a área é ou não produtiva, se pode ou não ser passível de desapropriação por interesse social, ou se deverá ser desocupada”, explicou.

De acordo com a proposta, problemas na área criminal ou envolvendo indenizações continuarão no âmbito da Justiça estadual.

A importância da vara federal para dirimir dúvidas e conflitos, segundo Alvaro Dias, vai se refletir na diminuição da pressão que existe sobre os magistrados hoje, já que eles “estarão sediados nas capitais e vão decidir a partir de uma inspeção e não baseado apenas nos autos do processo”.

Morosidade da Justiça e impunidade no campo

Embora os registros de mortes no campo tenham diminuído este ano, em relação aos números do ano passado – 42 ocorrências –, os problemas apontados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seu relatório de 2003 ainda persistem: a expansão do agronegócio no Centro-Oeste em direção às bordas da Amazônia, a morosidade da Justiça e a impunidade. No último ano, o maior número de envolvidos em conflitos foi registrado no Centro-Oeste, com 21% do total. Também ocorreu nessa região o maior número de despejos, 35,7%, além de 20,7% de prisões de trabalhadores e 13,7% de assassinatos no campo em todo o país.

Até agosto deste ano, a Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário havia registrado nove mortes em decorrência de conflitos fundiários. Em novembro, o número subiu para 14 com o massacre de cinco integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na cidade de Felisburgo, em Minas Gerais, no dia 20 passado. Em dez anos, foram 299 mortes confirmadas no campo.

Em 2003, os números de conflitos registrados foram os maiores nesses 18 anos em que a CPT, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), publica o do-

cumento. Segundo a Pastoral, os números também revelam uma intensificação da ação do Poder Judiciário em defesa dos grandes proprietários e a ação de milícias particulares.

Poucos assassinatos têm sido julgados

De 1985 a 2003, a Comissão Pastoral da Terra tem o registro de 1.003 ocorrências de assassinatos no campo. Até 2003, somente 75 casos haviam sido julgados e, entre as pessoas envolvidas, 65 foram condenadas e 44 absolvidas. Com relação aos mandantes, apenas 15 foram condenados e seis absolvidos. “A impunidade tem sido a marca registrada dos crimes cometidos contra os trabalhadores do campo”, assinala o documento da CPT.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, as ocupações feitas por movimentos sociais como o MST, até agosto de 2004, chegam a 271, número superior ao do ano passado, quando houve 222 ocupações de terras. Além do MST, outros movimentos participaram dessas ações, como a Organização de Luta no Campo (OLC) e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL).

Idéia foi sugerida pelo presidente Lula

Alvaro Dias adiantou que a idéia de instituir as varas agrárias surgiu de um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do STJ, Edson Vidigal, que discutiram sobre a necessidade de ampliar as varas federais especializadas no combate à lavagem de dinheiro. Diante do acirramento dos conflitos fundiários, Lula pediu a Vidigal que estudasse uma forma de aplicar o mesmo sistema para resolver esses problemas. Designado para integrar a comissão que iria discutir as sugestões, o senador apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) que foi aprovada em outubro.

A PEC, que será apresentada ao presidente Lula, acrescenta novo inciso ao artigo 109 da Constituição federal, alterando também a redação dos artigos 110 e 126. O texto enumera as

causas fundiárias que deverão ser tratadas pelas varas agrárias e estabelece que “serão criadas nos estados e Distrito Federal seções judiciárias com sede nas capitais, com varas fixas e itinerantes”.

– Foi o próprio presidente quem sugeriu a elaboração da proposta que foi discutida na comissão presidida pelo presidente do Superior Tribunal Federal, Edson Vidigal, e aprovada – explicou o senador, que redigiu o texto acolhido pela comissão, em outubro.

– A posição contrária manifestada por representantes dos produtores rurais e dos trabalhadores deixou-me surpreso, porque todos se queixam da morosidade da Justiça, mas quando se propõe especializar e ampliar o seu



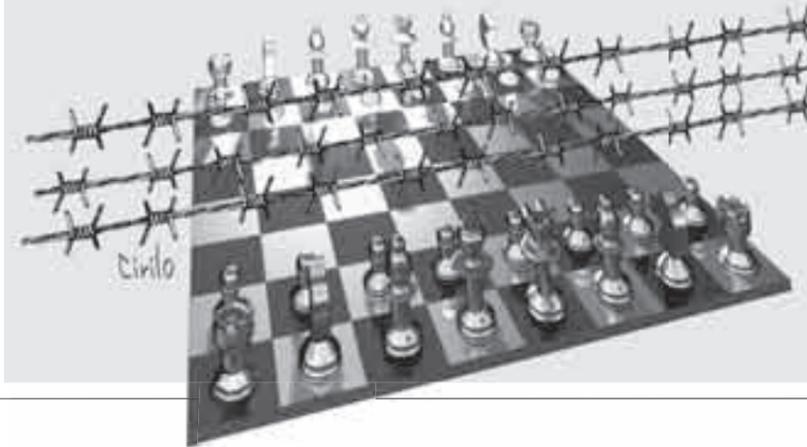
PEC elaborada por Alvaro Dias foi acolhida por comissão presidida pelo presidente do STJ, Edson Vidigal

alcance aparecem resistências – reagiu o senador.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, defende a proposta e diz que a idéia é constituir as varas especializadas, sem alterar competências da Justiça Federal e estadual.

Campo de batalha

Desde 1995 foram registradas 299 mortes em decorrência de conflitos agrários no país. Os números podem ser maiores, pois há casos em que os crimes ainda estão sendo investigados. Este ano foram 14 mortes confirmadas, sendo cinco em Minas Gerais, quatro na Bahia, duas em Pernambuco e no Paraná e uma em Rondônia.



Ano	nº de mortos
1995	41
1996	54
1997	30
1998	47
1999	27
2000	10
2001	14
2002	20
2003	42
2004*	14

* Até 20 de novembro

Fonte: Elaborado a partir de informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário

REFORMA DO JUDICIÁRIO Comissão a ser instalada este ano vai analisar mudanças na legislação infraconstitucional

Reforma do Judiciário avança em 2005

Assim que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Judiciário for promulgada, no próximo dia 8 de dezembro, será dado início à segunda etapa de mudança na legislação que organiza a atuação da Justiça no Brasil. O Congresso vai instalar, logo após a promulgação da Emenda Constitucional 45, uma comissão especial formada por senadores e deputados para, em 180 dias, elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação do novo texto da Constituição.

Esse colegiado também deverá sugerir alterações na legislação infraconstitucional para atingir os objetivos de ampliar o acesso à Justiça e fazer com que a prestação de serviços pelo Judiciário seja mais célere.

A comissão já terá inclusive matérias para analisar. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciaram que vão entregar ao Legislativo um pacote de sete projetos de lei e sete substitutivos ou emendas a propostas de parlamentares, em tramitação, para simplificar o Código de Processo Civil.

Segundo o Ministério da Justiça, as propostas foram fruto de amplas discussões que envolve-

ram juristas e entidades como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Juizes Federais do Brasil



GERALDO MAGELA

Para Jobim, reforma processual é vital para que o Judiciário consiga prestar serviços com mais eficiência



MÁRCIA KALUME

Renault vê clima favorável a mudanças que agilizem a prestação de justiça para a população

(Ajufe), o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça e o Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBPD).

Objetivo é dar maior agilidade ao processo civil

Tornar o Código de Processo Civil mais ágil deve ser a principal missão do Congresso no que diz respeito à reforma do Judiciário no primeiro semestre de 2005. No último dia 24, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, promoveu reunião em seu gabinete para discutir mudanças na legislação processual com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e parlamentares, entre eles o presidente da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o relator da PEC da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), e o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor e relator de diversos projetos que alteram o funcionamento da Justiça.

Mercadante prevê que as discussões comecem já na segunda semana de dezembro, após a promulgação da Emenda Constitucional 45. Ele está otimista com a possibilidade de a nova legislação processual ser

aprovada até o fim do primeiro semestre de 2005.

– Vamos reunir todas as iniciativas para aprovar a legislação infraconstitucional num único movimento. E vamos fazer de forma conjunta, na Câmara e no Senado, junto com o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério da Justiça, porque essa é uma reforma de Estado, da democracia brasileira, não de um governo

Mercadante quer debate de propostas já em dezembro. "É pra valer!", disse

ou partido. Na segunda semana de dezembro, já daremos início a esse processo. É pra valer! – garantiu o líder do governo.

De acordo com Jobim, a reforma da legislação infraconstitucional é essencial para atingir a finalidade de dar agilidade ao trâmite dos processos.

– A reforma constitucional é apenas a etapa inicial de um processo em que a reforma processual tem vital importância para melhorar a capacidade do Poder Judiciário de ofertar decisões em tempo razoável – declarou Jobim.

Segundo o secretário de Refor-



CÉLIO AZEVEDO

Presidente da CCJ, Lobão foi ao STF discutir alterações ao Código de Processo Civil

ma do Judiciário, do Ministério da Justiça, Sérgio Renault, a aprovação das propostas selecionadas em conjunto com o Gabinete de Assuntos Institucionais do STF vai significar simplificação do sistema recursal, maior efetividade às decisões de juízes de primeiro grau e desestímulo àqueles que se valem de medidas para retardar as sentenças.

– Há um clima muito favorável a essas mudanças. Há necessidade de dar uma satisfação à sociedade. E são esses projetos que vão dar a sensação de maior eficiência da Justiça para a população – analisou Renault, que não descarta a possibilidade de o governo pedir prioridade ou urgência para as propostas.

O Ministério da Justiça e o STF irão encaminhar até o fim do ano 14 sugestões de alteração do Código de Processo Civil. Metade são projetos novos e o restante, emendas ou substitutivos a ser

negociados com autores e relatores de projetos existentes. Mais dois projetos do governo sobre execução judicial e extrajudicial já têm relatores. Veja detalhes de algumas das propostas.

Limite ao uso de recursos protelatórios

Parte dos sete novos projetos de lei que serão entregues pelo governo e pelo STF ao Congresso ainda este ano diz respeito à reforma do sistema recursal, simplificando procedimentos. Para o secretário de Reforma do Judiciário, Sérgio Renault, as propostas poderão conferir maior racionalidade ao sistema, sem deixar de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Segundo ele, a intenção é fazer com que recursos que tenham objetivos meramente protelatórios sejam desestimulados ou até extintos em determinadas situações. Os agravos de instrumento e os embargos infringentes, por exemplo, são alguns dos alvos dos projetos.

Especialistas apontam falhas na legislação

Os consultores legislativos do Senado Rogério de Melo Gonçalves e Fernando Arruda Moura concordam com a necessidade de reforma recursal e consideram que há verdadeiros absurdos na legislação atual, como os embargos infringentes. Por esse mecanismo, uma decisão não-consensual em uma turma de tribunal pode ser revista sob o argumento da necessidade de obtenção da unanimidade sobre o tema.

– Os embargos infringentes buscam obter o impossível: o consenso dentro de um grupo de magistrados maior que aquele que já votou dividido. Esse é um dos mecanismos que protela o processo – analisou Gonçalves.

Os consultores defendem que os prazos estabelecidos para juízes e representantes do Ministério Público sejam respeitados. De acordo com a lei, as partes podem fazer reclamações dos descumprimentos de prazos, mas isso, na prática, não ocorre, pois o advogado não quer correr o risco de ser malvisto no Tribunal em que atua.

– Não conheço quem faça isso – afirma Arruda.

Extinção do processo de execução judicial

O governo sugere a eliminação de dificuldades na execução de títulos judiciais e extrajudiciais. No caso das execuções de sentenças já proferidas pela Justiça (títulos judiciais), o projeto da Câmara (PLC 52/04), relatado na CCJ por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acaba com os processos de liquidação e execução civil.

Essas etapas serão simplificadas e incorporadas à ação inicial. Dessa forma, as pessoas que ganham uma indenização, já terão condições de executar com eficácia e em menos tempo as quantias a que têm direito. Segundo previsões da Secretaria de Reforma do Judiciário, o tempo de tramitação pode ser reduzido em um terço. A proposta também substitui a necessidade de citação do devedor pela intimação do advogado.

Projeto limita efeito suspensivo

No caso de ações de execução de títulos extrajudiciais (contratos, promissórias etc.), o projeto (PL 4.497/04) privilegia a transferência direta de bens penhorados como forma de pagamento ao credor. A lei atual prefere o leilão, “pouco eficaz e anacrônico”. Na proposta, recursos deixam de ter efeito suspensivo e a impenhorabilidade é atualizada.



Valadares relata uma das propostas

Mediação pode reduzir o número de ações

Um dos projetos (PLC 94/02) pretende institucionalizar a mediação entre partes em litígio. Para o governo, com caráter obrigatório, o mecanismo pode ajudar a solucionar conflitos e a reduzir o número de ações que hoje abarrotam as prateleiras do Judiciário.

A proposta da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), define a mediação como “atividade técnica exercida por terceira pessoa, que, aceita pelas partes interessadas, as orienta com o propósito de lhes permitir que, de modo consensual, previnam ou solucionem conflitos”.

Pelo projeto, a mediação judicial ou extrajudicial seria cabível em toda matéria que admitisse conciliação, e o mediador pode ser qualquer pessoa física ou jurídica com formação técnica ou experiência adequada à natureza do conflito. Além disso, o acordo poderá ser homologado por sentença.

Para críticos, proposta pode burocratizar

O projeto que institui a mediação já é alvo de críticas. Na Câmara, o ex-deputado Jarbas Lima foi contrário à proposta em relatório que apresentou.

– A mediação é uma maneira amistosa de solução pacífica de conflitos. Não é um meio jurídico, não deve ser legalmente disciplinado – afirmou.

Os consultores do Senado Fernando Arruda Moura e Rogério Gonçalves destacam que já é papel do juiz estimular a conciliação, previsto na legislação.

– Não considero apropriado que a Justiça terceirize a mediação. O fundamento da mediação é retornar à oralidade, que pode levar ao final da disputa mais rapidamente. Da maneira como está proposta, pode ser tornar mais um passo burocrático – declarou Gonçalves, defendendo o reforço da atuação do juiz.

COMISSÕES

PPPs serão votadas pela CCJ na quarta

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), marcou para quarta-feira a votação do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs). Lobão concedeu vista coletiva por uma semana ao parecer do relator na CCJ, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Tourinho, em uma das emendas – do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – acolhidas em seu relatório, inclui uma inovação em relação ao texto já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): os relatórios anuais referentes aos contratos de PPPs deverão ser publicados na Internet, além de enviados ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Para Tourinho, o objetivo é permitir “o efetivo controle social desta nova mo-



Tourinho, relator na CCJ: emendas para dar maior controle social e evitar desvirtuamento dos leilões

dalidade de contratação”.

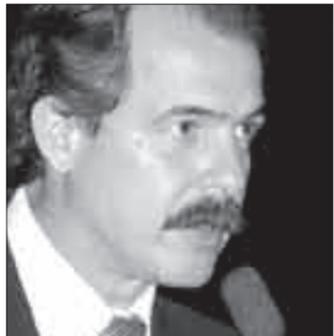
O relator na CCJ incluiu emenda de sua autoria que permite a classificação para a fase final de leilão (lances em viva-voz) apenas dos concorrentes com proposta escrita no máximo 20% maior que o valor

da melhor proposta. Com isso, ele pretende evitar a classificação de um “concorrente irresponsável”, que, mesmo sem capacidade técnica, ofereça o menor lance e se tornar o vencedor.

Antes de anunciar as novas emendas, Tourinho previu que serão necessários, apenas para acompanhar o crescimento da economia, investimentos anuais de R\$ 20 bilhões em energia, R\$ 9 bilhões em saneamento, R\$ 4,5 bilhões em rodovias, R\$ 3 bilhões

em ferrovias, R\$ 1,2 bilhão em portos e R\$ 500 milhões em hidrovias. A seu ver, o projeto de regulamentação das PPPs representa uma “alternativa importante para contribuir com a solução do problema”.

Mercadante pede agilidade na tramitação



Para Mercadante, atraso na votação ameaça investimentos na infra-estrutura nacional

O país está longe de contar com os R\$ 40 bilhões anuais necessários para a ampliação de sua infra-estrutura, alertou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), durante a reunião da CCJ, na semana passada. Por isso, ele pediu “agilidade e urgência” na votação do projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs).

– Se atrasarmos a tramitação, estaremos adiando investimentos em energia, saneamento e

transportes, e estes recursos não existem no Orçamento – disse Mercadante.

A advertência do líder foi feita depois de o senador José Jorge (PFL-PE) declarar que, apesar de manter o interesse em aprovar o projeto, o seu partido também queria discutir a votação de outras matérias que julga importantes para o país. Entre elas, o projeto de atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

CPI do Banestado encerra trabalhos até o dia 14

Após três meses paralisada, a CPI Mista do Banestado reuniu-se na quarta-feira passada para definir o calendário de trabalho até o encerramento das suas investigações, no fim do ano, conforme pedido dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. No dia 7 de dezembro, será apresentado o relatório preliminar, quando então os membros da CPI terão prazo de cinco dias para apresentação de emendas. A previsão é votar o relatório final em 14 de dezembro. Os trabalhos da comissão não serão prorrogados para 2005, conforme queriam

alguns parlamentares.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), reconheceu a existência de “equivocos e erros” ao longo dos trabalhos da comissão, iniciados em junho de 2003, mas disse que o colegiado prestou “relevantes serviços” à sociedade, mesmo não tendo ouvido algumas autoridades. Ele afirmou que nada impede que o relatório final seja consistente, uma vez que, na ausência de depoimentos, há provas documentais.

Antero reconheceu também que a CPI não terá tempo de ouvir convidados a depor, como



Antero diz que a comissão, apesar dos “erros”, prestou relevantes serviços à sociedade

Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, que falaria pela segunda vez à comissão, o ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf e o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb.

Novo estatuto deverá facilitar entrada de estrangeiros no país

Durante audiência pública da Subcomissão Temporária de Turismo sobre a proposta do novo Estatuto do Estrangeiro, em estudo pelo governo, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, informou que o projeto deverá modificar totalmente a legislação que trata da imigração no Brasil. Barreto lembrou que nosso país é formado por imigrantes, mas que hoje se caracteriza pela emigração (saída de brasileiros para morar no exterior).

O projeto deverá facilitar a entrada de imigrantes no país, até

porque a imagem que o Brasil tem no exterior é a de um país aberto aos imigrantes, afirmou o secretário. Barreto ressaltou que a lei de refugiados brasileira é considerada modelo em todo o mundo, observando que o Estatuto do Estrangeiro também poderá alcançar esse status.

Outro convidado para a audiência pública, o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Jorge Antonio Maurique, sugeriu que a nova legislação deve primar por proteger os direitos humanos e evitar discriminação de qualquer espécie.

Turismo pode ser forte instrumento de transformação social, diz Pavan

O presidente da Subcomissão Temporária de Turismo, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), participou do 6º Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cbratur), que teve como tema central a discussão do anteprojeto da Lei Geral do Turismo. Ele afirmou que o Brasil é um país com imenso potencial turístico e que “o setor deve ser transformado em um poderoso instrumento de mudança cultural e social”. Pavan acrescentou que o Brasil é privilegiado e possui todas as condições para o desenvolvimento das atividades

turísticas.

Secretário de Políticas e Turismo do Ministério do Turismo, Milton Zuanazzi explicou que as principais propostas são a criação de uma política de Estado e o estabelecimento de marcos regulatórios para o setor turístico brasileiro. Zuanazzi afirmou que será instituído um sistema nacional de turismo, com um cadastro geral, para garantir o desenvolvimento das atividades voltadas para a consolidação do setor e a coordenação de todos os organismos que tratam de turismo.

CAE realizará audiência sobre dívida municipal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento solicitando realização de audiência pública – em data a ser definida – para debater o projeto de resolução de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), em tramitação no colegiado, que tem por meta acelerar a cobrança da dívida ativa dos municípios por meio de instituições financeiras, e não pela via judicial, como ocorre atualmente, e que, segundo o senador, demanda mais tempo.

Os autores do requerimento são os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Romero Jucá (PMDB-RR) e Pedro Simon (PMDB-RS). Eles entendem que o projeto (57/03) é importante para que os municípios, especialmente os menores, recebam com maior rapidez dos credores das prefeituras, mas admitem que a presença de prefeitos e secretários de Fazenda de municípios que já adotaram o sistema de cobrança possam, com a experiência adquirida, melhorar o texto da proposição.

O projeto de Sérgio Cabral também permite aos municípios a antecipação de parte da receita da sua respectiva dívida ativa. Para o senador, essa antecipação ajudaria os municípios a terem maior fôlego financeiro para atravessar “esse período de aperto fiscal”.



Substitutivo de Delcídio Amaral fixa parâmetros básicos para a produção da cal

Regras para produção da cal aprovadas na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou substitutivo do senador Delcídio Amaral (PT-MS) a projeto que trata da fabricação da cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente. A matéria volta agora ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

De acordo com o relator, o objetivo é prevenir a contaminação do meio ambiente, principalmente por dioxinas (substância altamente tóxica) e furanos (substância química aromática presente no agente laranja), associados ao câncer e outras doenças. De acordo com Delcídio Amaral, a legislação em vigor já estabelece normas para uso da cal na produção animal. A proposta define procedimentos básicos e parâmetros mínimos na produção da cal para qualquer aplicação.

Desmanche vota relatório final em dezembro

O presidente da CPI Mista do Desmanche de Veículos, senador Romeu Tuma (PFL-SP), anunciou que o relatório final do deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR) ficará pronto até o dia 15 de dezembro e deverá se centrar na necessidade de mudar a legislação e tornar eficiente a fiscalização, para evitar crimes na recuperação e reparo de veículos roubados ou acidentados.

– As questões relativas a disputas econômicas entre seguradoras e oficinas devem ser deixadas para debate entre essas empresas. Quanto aos casos levantados, deverão ser investigados pelo

Ministério Público, com o acompanhamento do Congresso – disse Tuma, durante audiência pública realizada na quarta (24) para ouvir representantes do setor de seguros e de reparos de veículos.

Na audiência, o relator chegou a aconselhar seguradoras e reparadoras a aceitar alguma perda econômica em prol de um ganho para o país.

O diretor da Federação Nacional das Seguradoras, Ricardo Xavier, defendeu a legalização e o aprimoramento da recuperação de veículos, como uma forma de economia de custos e oferta de serviços e empregos no setor de oficinas.

COMISSÕES

CAS acata penas rígidas contra trabalho escravo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira parecer favorável a projeto de lei que torna mais clara a definição de trabalho escravo e aumenta as penas para este crime. O relator da matéria foi o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que apresentou apenas uma emenda de redação ao texto, que altera o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A proposta, por ter caráter terminativo, segue direto para exame da Câmara dos Deputados, a não ser que haja pedido para exame em Plenário por um décimo dos senadores.

O projeto torna mais rígidas as punições: de cinco a dez anos e multa para quem reduzir alguém à condição análoga à de um escravo. A pena pode ser agravada de um sexto a um terço se houver

coação ou retenção de salários, uso de gastos com mercadorias e serviços para impossibilitar o desligamento da vítima do tra-

dores para serem levados a outras localidades. O fazendeiro flagrado usando trabalho escravo perde direito a financiamentos públicos e pode ter equipamentos apreendidos.

Autor da matéria, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o objetivo é "apagar uma das manchas de nossa sociedade", uma vez que ainda existem casos de trabalho escravo na zona rural. Durante a discussão do projeto, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que a grande vantagem da proposta é diferenciar trabalho escravo daquilo que é apenas descumprimento da legislação



Jonas Pinheiro: projeto deixa claro o que é apenas descumprimento da lei trabalhista

balho e se ela for menor de 18 anos, idosa, gestante, indígena ou deficiente física ou mental.

Passa a ser punido com penas de um a três anos de prisão e multa o aliciamento de trabalha-

trabalhista.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a aprovação da matéria, informando que seu estado, o Pará, é campeão nos casos de trabalho escravo no Brasil.

Arquitetos poderão ter seu próprio conselho

Caso a Câmara dos Deputados concorde e o Poder Executivo encaminhe projeto neste sentido, os arquitetos e urbanistas poderão ter o exercício de sua profissão regulamentada e possuir, em breve, seus próprios conselhos federal e regionais. A proposta (PLS 3.347/03) é do senador José Sarney (PMDB-AP) e permitirá que esses profissionais se desvinculem dos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), com emenda que torna claro que o Senado apenas autoriza o Executivo a criar os novos órgãos.

Sarney esclarece que a legislação que regula a atividade é de 1933 e não condiz mais com a realidade de um país que passou por um processo acelerado de urbanização. Azeredo, por sua vez, observou que o tema foi objeto de várias audiências públicas. No

caso específico da arquitetura, detalhou Azeredo, em apenas doze dos 110 países representados na União Internacional dos Arquitetos (UIA) há casos de conselhos biprofissionais.



Sarney lembra que legislação sobre a atividade é de 1933 e precisa ser atualizada

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), única arquiteta entre os 81 senadores, elogiou a medida adotada pela CAS, lembrando que essa é uma proposta antiga dos arquitetos.

Comissão ouve diretor da Rede Sarah contrário ao ato médico

A CAS também aprovou requerimento do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) que solicita audiência pública com o cirurgião-chefe da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Aloysio Campos da Paz Júnior, para que ele exponha a posição contrária da instituição ao projeto de lei (PLS 25/02) que institui o chamado ato médico. A matéria tramita na CAS e tem gerado polêmica entre os vários segmentos que atuam na área médica.

A CAS aprovou ainda, em turno suplementar, subemenda do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) estabelecendo que, no início de cada semestre do exercício fiscal, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) poderá autorizar a concessão da sexta parcela do seguro-desemprego naquele semestre.

Senadores aprovam série de visitas a municípios amigos da terceira idade

A Subcomissão Permanente do Idoso da CAS, presidida pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), aprovou o início da avaliação dos municípios inscritos no programa Cidade Amiga da Terceira Idade. O primeiro estado a ser visitado será Minas Gerais.

A partir de quarta-feira, médicos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) farão visitas a municípios selecionados para compro-



Quintanilha

var as ações em favor dos idosos. Mais de 200 municípios foram inscritos no programa, de iniciativa da subcomissão, e formulado por uma equipe coordenada pela SBGG.

A subcomissão aprovou ainda proposta de seu vice-presidente, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), de realização de audiências públicas nos estados, para discutir a situação dos idosos à luz do Estatuto do Idoso.



JOSE CRUZ

Patrus, com Lúcia Vânia, disse que Ministério do Desenvolvimento Social atendeu 1,1 milhão de deficientes

Programas sociais estão indo bem, avalia ministro

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, disse que sua pasta vem sendo eficiente no combate à fome e à miséria. O ministro contou que não só foram unificados os programas do governo passado, como o número de beneficiados deve aumentar nos próximos anos.

– Estamos chegando ao fim do ano cumprindo as metas do Bolsa-Família, aperfeiçoando o programa e cumprindo metas de outras áreas sociais, como a implantação dos programas Casas de Família e Bolsas de Alimento da Agricultura Familiar. Claro que há falhas, distorções... Daí a importância de críticas construtivas. Mas a avaliação do governo Luiz Inácio Lula da Silva na área social, no nosso ministério, é positiva – relatou.

Segundo Patrus Ananias, em 2004, o ministério atendeu a 1,1 milhão de portadores de deficiência e a 905 mil idosos, pagando um salário mínimo mensal a cada um. Este ano, os idosos receberam do ministério um total de R\$ 2,8 bilhões e, em 2005, esse total deve ser de R\$ 3,5 bilhões.

O ministério teve neste ano um orçamento total de R\$ 14 bilhões, informou Patrus. Segundo o ministro, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) – que atende a crianças e adolescentes de 5 a 16 anos – registrou, em 2004, 931 mil beneficiários, número que, acrescentou, deverá ser ampliado para 1 milhão no próximo ano.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), elogiou o ministério pela manutenção dos programas sociais bem sucedidos do governo anterior, como o próprio Peti.

Suplicy quer antecipar metas do Bolsa-Família para 2005

Durante a audiência pública com o ministro Patrus Ananias, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o governo tente antecipar de 2006 para 2005 a meta de atingir, com o Bolsa-Família, 11,2 milhões de famílias que têm renda mensal de até R\$ 100 *per capita*. Para isso, o senador propôs destinar mais recursos para o programa, com a apresentação de uma emenda ao Orçamento da União pela CAS. O ministro gostou da idéia.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) destacou a importância do projeto Sentinela e disse

esperar que o programa seja expandido de forma a atender mais crianças e mais municípios. O ministro garantiu que o Sentinela continua sendo prioridade.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) observou que, hoje, a maioria dos municípios brasileiros depende dos programas locais de transferência de renda e do pagamento de aposentadorias para se manterem.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou a importância de investir em programas que assegurem o sustento permanente das famílias.

Preservação histórica será incentivada

A União deverá conceder auxílio financeiro a uma instituição cultural, em cada estado e no Distrito Federal, que se destine à preservação da memória histórica e geográfica regional. A determinação está contida no Projeto de Lei 132/03, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE). A proposta seguirá diretamente para a Câmara, se não for apresentado recurso para a sua votação no Plenário do Senado.

A instituição que vier a ser beneficiada deverá ter caráter priva-

do, sem fins lucrativos, e registrada como associação civil de utilidade pública. Deverá contar, ainda, com patrimônio próprio, biblioteca especializada, arquivos documentais acessíveis ao público e atuação efetiva no seu estado. O auxílio financeiro da União, de acordo com a proposta, será aplicado exclusivamente nos equipamentos culturais da instituição.



Pedro Simon

Em seu parecer sobre o projeto, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembra que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebe habitualmente apoio financeiro da União. Por isso, considera justa a extensão do auxílio aos institutos congêneres localizados nos estados e no Distrito Federal, para "dar continuidade à sua obra de preservação de nossa memória e diversidade cultural".

COMISSÕES

Orçamento aprova mínimo de R\$ 283

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2005. De acordo com o texto, o salário mínimo passaria no próximo ano para R\$ 283 — hoje o valor é de R\$ 260. O relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o número não está fechado, podendo ser um pouco maior.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião na semana passada com Jucá e o presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), sugeriu que o Congresso Nacional aprove uma proposta definindo como serão os reajustes do salário mínimo a partir de 2006 e qual será o seu aumento acima da inflação. Paulo Paim (PT-RS) propôs a criação de uma comissão de deputados e senadores que definiria uma política permanente para aumento do mínimo.

Além do reajuste do salário mínimo, os integrantes da CMO aprovaram uma emenda apresentada pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) que fixa um reajuste linear em 2005 para todos os funcionários públicos federais. Jucá deixou claro, no entanto, que a proposta, para ser



Romero Jucá e Paulo Bernardo conversam durante reunião da CMO: relatório final do Orçamento deverá ser votado até o dia 23

transformada em lei, precisa ser melhor analisada.

O relator também acolheu uma proposta, endossada por deputados e senadores, que eleva de R\$ 2,5 milhões para R\$ 3,5 milhões o valor das emendas parlamentares, ou individuais. Mas manteve no texto o limite de 20 emendas a ser apresentado por parlamentar. Os recursos provenientes de emenda parlamentar são destinados a atender pequenas obras municipais, como a construção de postos de saúde ou escolas.

Ameaça de obstrução por causa do IR

O prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar, incluindo as de bancada, de comissões e individuais, foi estendido para quinta-feira. A previsão é votar os relatórios setoriais até o dia 12 e o relatório final no dia 23. Apesar de ajudar a aprovar o relatório preliminar, parlamentares da oposição ameaçaram obstruir a votação do relatório final, caso o relator não reajuste a tabela do Imposto de Renda.

Ministro defende punição exemplar para assassinos

Em audiência pública na CPI Mista da Terra, o secretário especial de Direitos Humanos, ministro Nilmário Miranda, admitiu que a polícia de Minas Gerais não investigou as ameaças feitas a trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampados numa fazenda a 18 quilômetros de Felisburgo (MG), dos quais dois estão entre os cinco assassinados no último sábado. Segundo o ministro, esta omissão pode ter ocorrido por diversas razões, mas a atuação da polícia na elucidação do crime deve ser elogiada.

Nilmário disse que, em 2003, o Ministério Público estadual, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e a Ouvidoria Agrária solicitaram às polícias civil e militar providências em relação a ameaças que vinham sendo feitas aos trabalhadores.

— O importante agora é não deixar que haja impunidade, é dar assistência aos feridos — continuou o ministro, informando que, em 2003, houve 42 mortos vítimas de conflitos rurais no país, número que bai-



Nilmário: mortos em conflitos por terra caíram de 42 (em 2003) para 14 (em 2004)

xou este ano para 14, incluídos os de Felisburgo.

O ministro afirmou também que é preciso buscar uma punição exemplar para os assassinos dos cinco sem-terra, sobretudo pela premeditação, a crueldade, a extrema violência e a selvageria do ato, “até para desestimular outros aventureiros que queiram trilhar esse caminho”. Ele informou que já há sete mandados de prisão expedidos, sendo que três pessoas estão presas e as outras quatro — entre elas o fazendeiro Adriano Chafic e seu sobrinho Calixto Luedy, sobre os quais pesam “depoimentos e indícios abundantes” de participação no crime — são procuradas.



Fiscalização, cobrança, continuidade e boa administração são os fatores do sucesso do Oportunidades, explica Cristovam

Cristovam elogia combate à pobreza no México

O México será em no máximo dez anos um país “radicalmente diferente” do Brasil no que diz respeito à eliminação da pobreza, previu o senador Cristovam Buarque (PT-DF), durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o programa mexicano de erradicação da pobreza, chamado Oportunidades. Para Cristovam, as condições para o recebimento de benefícios, a seriedade da fiscalização, a continuidade por vários governos e a boa administração garantem o sucesso do programa.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), considerou equivocada a unificação dos programas sociais em torno do Bolsa-Família. Na sua opinião, programas mais diretamente assistenciais, como o antigo Bolsa-Alimentação, deveriam ser geridos pelo Ministério da Saúde. Caso con-

trário, advertiu, o país poderá experimentar o crescimento de índices, por exemplo, da mortalidade infantil.

Ao lado da embaixadora mexicana Cecilia Soto, a diretora-geral das Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento do México, Monica Orozco Corona, informou que são beneficiadas atualmente cinco milhões de famílias, que recebem benefício médio equivalente a US\$ 35.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou se o México não cogitaria implantar também políticas mais universalistas, como a renda mínima para cada cidadão. Monica explicou que seu país aposta cada vez mais em um foco na população mais pobre.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse que o México está fazendo o que o Brasil também deveria fazer: “tratar da economia pelo viés da educação”.

Estados poderão convocar os reservistas da PM

Os governadores poderão convocar para o serviço ativo, em caráter temporário, os quadros da reserva remunerada das polícias militares, em casos de grave perturbação da ordem ou de “iminência de sua irrupção”, segundo o projeto de lei (PLS 102/04) de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta, que será enviada diretamente à Câmara se não for apresentado requerimento para sua votação em Plenário, os militares convocados exercerão funções de

assessoramento, administrativas ou operacionais de natureza especial. Ficarão excluídos os militares da reserva em inatividade por mais de cinco anos.

Ao defender seu projeto, Crivella lembrou os ataques sofridos nos últimos dias no Rio de Janeiro por turistas estrangeiros que passeavam pela Praia de Copacabana. Dos 39 mil policiais do estado, informou, 8 mil se encontram em cargos burocráticos e poderiam ser substituídos nessas funções pelos reservistas.

— Com mais policiais nas ruas, esses crimes não teriam sido cometidos — disse Crivella.

Também foi aprovado em ca-



Crivella propõe que reservistas assumam postos burocráticos em caso de necessidade

ráter terminativo o projeto de lei (PLS 149/03) do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) que extingue a eleição indireta dos integrantes da diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ministro fala do Haiti na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, por unanimidade, pareceres favoráveis a três acumulações de cargos de embaixadores: Lúcio Pires de Amorim (África do Sul e Maurício), Frederico Cezar de Araújo (Austrália e Papua Nova Guiné) e Antonio José Rezende de Castro (Quênia e Uganda). As indicações ainda terão que ser analisadas pelo Plenário. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, virá à CRE na quinta-feira para falar da missão brasileira no Haiti e das negociações entre o Mercosul e a União Européia.

Projeto garante devolução de prestações já pagas

O comprador de bens móveis ou imóveis em prestações mensais terá direito à restituição das parcelas já pagas, em caso de rescisão contratual, mesmo que por inadimplência, com os valores atualizados monetariamente. Projeto nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que acolheu o parecer favorável do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), a uma proposta oriunda da Câmara dos Deputados (PLC 119/01), que vai agora ao Plenário.

Pavan introduziu emenda ao projeto ressaltando que serão descontadas da devolução a multa ou cláusula penal por atraso,

além das despesas feitas consideradas irrecuperáveis, como gastos com publicidade para a venda, tributos da operação de compra e venda, intermediação do negócio e outras.

— Vamos garantir um critério equilibrado para a restituição de valores, no qual são respeitados os interesses de ambas as partes — disse o relator.

A CAE também aprovou parecer favorável do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) a projeto do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) que estabelece que a cobrança judicial de cheques sem fundo poderá ser iniciada tanto na praça de pagamento quanto na cidade de emissão.

VANDALISMO - Em nome da liderança do PL, o senador Magno Malta (ES) defendeu um trabalho coordenado das tropas federais e estaduais e da inteligência policial para pôr fim à violência na Grande Vitória (ES).

Para ele, que exibiu manchetes dos jornais *A Tribuna* e *Gazeta Online*, do Espírito Santo, informando que em dois dias dez ônibus foram incendiados, o vandalismo que tem ocorrido na cidade decretou a prisão coletiva da população.



Magno Malta

TRÉGUA - Fátima Cleide (PT-RO) anunciou a resolução temporária para conflito entre moradores sem-terra acampados na localidade Floresta Nacional Bom Futuro, nas imediações de Porto Velho. As negociações foram conduzidas por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Polícia Ambiental, Polícia Federal e governo do estado. A propriedade é uma reserva federal. A senadora explicou que havia quatro dias moradores sem-terra acampados na reserva interditavam a Rodovia BR-364, que cruza três estados.

DESPEJO - A perspectiva de desocupação de duas áreas de reserva em Rondônia, habitadas por mais de 20 mil pessoas, levou Valdir Raupp (PMDB-RO) a apelar pela intervenção do Incra e do Ibama na questão. A ação de despejo, reclamada pelo Ministério Público, causou a interdição da BR-364 entre os municípios de Porto Velho e Ariquemes, importante corredor econômico do estado. Segundo informou o senador, os moradores dessas áreas tinham interditado a rodovia havia dois meses, voltando a repetir o protesto de forma mais radical no último dia 19.

GRILAGEM - Serys Shlessarenko (PT-MT) disse na segunda-feira (22) que a Justiça também é culpada pelo assassinato de cinco trabalhadores sem terra, ocorrido no fim de semana anterior em Felisburgo (MG).

Conforme a senadora, a morosidade e a postura de determinadas instâncias têm colaborado para esse tipo de violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Serys Shlessarenko ainda observou que em Mato Grosso os grileiros se apropriaram de cerca de 3,2 milhões de hectares de terras públicas, que poderiam alavancar a reforma agrária.



Serys

MPs

Plenário aprova seis medidas provisórias em um só dia

O Plenário do Senado aprovou em um único dia seis medidas provisórias (MPs) que se encontravam com o prazo de validade próximo ao vencimento. Entre elas estavam duas que reajustaram os salários de mais de 670 mil servidores públicos (MPs 198 e 199/04). De acordo com a Constituição, as MPs vigoram por 120 dias. Se não forem aprovadas nesse período, deixam de valer. Com a aprovação, todas as MPs serão transformadas em lei, pois já passaram pela Câmara dos Deputados.

As outras medidas provisórias aprovadas na quinta-feira tratavam de temas diferentes. A MP 200/04 ampliou o número de bancos participantes do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que financia a moradia para famílias de baixa renda. A MP 201/04 autorizou o reajuste de 39,67% nos benefícios previdenciários concedidos a partir de fevereiro de 1994 para aposentados e pensionistas que assinaram o Termo de Acordo ou Termo de Transação Judicial com o INSS.

A MP 202/04 excluiu a quantia de R\$ 100 do total de rendimentos tributáveis pelo Imposto de Renda, pagos entre agosto e dezembro deste ano. Com isso, os trabalhadores de



ROOSEVELT PINHEIRO

Senadores apressam votações, mas se queixam do excesso de edição de MPs pelo Executivo

menor rendimento pagarão menos imposto na fonte. Esta última MP também reduziu a zero as alíquotas de algumas contribuições federais incidentes sobre produtos comprados pelas empresas da Zona Franca de Manaus. Já a MP 203/04 elevou de dez para 28 o número de integrantes do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Governo editou em excesso, diz líder

Numa iniciativa inédita, o líder governista, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reconheceu, após a votação, que o governo edita medidas provisórias em excesso, que

boa parte delas não cumpre o requisito constitucional de urgência e relevância, e que o rito de tramitação prejudica o trabalho do Congresso Nacional.

- O governo realmente precisa ter mais critério para editar medidas provisórias. Se houvesse maior cuidado, o Congresso poderia trabalhar melhor - frisou o líder.

Mercadante defendeu a mudança no rito de tramitação: igualdade de prazos para que Senado e Câmara dos Deputados votem as MPs e início da tramitação pelas comissões permanentes das duas Casas, nos mesmos moldes dos pro-

jetos de lei.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiaram a postura de Mercadante. Para Virgílio, "há medidas provisórias inúteis, que humilham o Senado, e que não servem de nada para o país, e poderiam perfeitamente ser encaminhadas como projetos de lei".

Na sexta-feira, Mercadante disse que o Congresso poderá criar uma comissão de deputados e senadores para propor mudanças na tramitação das MPs. O anúncio foi feito após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tebet cobra moderação do presidente do Incra

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, precisa medir mais suas palavras e não acirrar os ânimos no campo, segundo Ramez Tebet (PMDB-MS). O senador referiu-se às declarações de Hackbart acusando setores do agronegócio de abrigar suspeitos



Ramez Tebet

pela chacina de cinco sem-terra em Minas Gerais e por agressões em Mato Grosso do Sul.

Tebet destacou que é de um estado de agronegócios que quer paz.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que as declarações do presidente do Incra foram mal interpretadas.

Para Hélio Costa, chacina contraria índole do mineiro

Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou indignação com a ocorrência de nova tragédia em Minas Gerais, onde cinco homens foram fuzilados sem oportunidade de defesa e outros 13 ficaram feridos, na localidade de Felisburgo.

- Nem bem os mineiros estavam recuperados da chacina



Hélio Costa

dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, e nova violência ocorre no estado. É fácil compreender como se sentem diminuídos os mineiros com esses acontecimentos, tão alheios à sua índole pacífica - afirmou o parlamentar.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) condenou a violência.

ENTENDIMENTO - Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a apuração completa da responsabilidade pela morte de cinco sem-terra no município mineiro de Felisburgo, no episódio em que outros 13 trabalhadores ficaram feridos por arma de fogo. O senador também defendeu um melhor entendimento entre a oposição e a base do governo no Congresso para que sejam discutidas e aperfeiçoadas diversas matérias, entre elas a que trata das parcerias público-privadas (PPPs). Ele conclamou os senadores a aprimorar os projetos e dar continuidade ao "trabalho exemplar" do Senado nas últimas semanas, quando foi votada, inclusive, a reforma do Judiciário.

SEM ÓDIO - "Não se pode criar ódio de classe no país", advertiu Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), referindo-se a declaração do presidente do Incra, Rolf Hackbart, que culpou setores que se auto-intitulam integrantes do agronegócio pela violência no campo. Para o senador, "um membro do governo tem de se postar acima das questões ideológicas ou partidárias". Em contrapartida, Mozarildo elogiou a postura do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que respondeu à acusação "com elegância", enfatizando que o agronegócio responde por 34% do produto interno bruto (PIB) e 40% dos empregos no país.

PELA REFORMA - Paulo Paim (PT-RS) disse que participou de um ato público no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, contra o massacre de trabalhadores em um assentamento em Felisburgo (MG). O senador encaminhou à Mesa do Senado um documento assinado por ele próprio e pelo movimento sindical em defesa da reforma agrária.



Paulo Paim

- É uma triste ironia que, no exato momento em que a Justiça pune os PMs acusados pelo massacre de Carajás, aconteça um outro massacre de trabalhadores - lamentou Paim.

RETROCESSO - O presidente do Incra está promovendo uma guerra ideológica "retrógrada, atrasada e *démodé*". A afirmação é do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que criticou declarações de Rolf Hackbart no sentido de que o agronegócio é responsável pelos recentes assassinatos de trabalhadores em Minas Gerais. O senador ainda comentou o artigo da socióloga Ruth Cardoso apontando um retrocesso na área social do governo, por deixar de exigir a matrícula das crianças nas escolas para que as famílias recebam os recursos. Arthur Virgílio disse que o governo Lula é inoperante e incompetente e quer transformar cidadãos em eleitores de cabresto.

PLENÁRIO

Ideli comemora 130 mil novos empregos

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou o crescimento do emprego pelo sétimo mês consecutivo. A senadora disse que, em outubro, foram criadas 130 mil novas vagas formais no país, um aumento de 0,52% em relação ao mês anterior. Isso totaliza 7,7% nos últimos dez meses, ou 1,8 milhão de novas vagas com carteira assinada, o que, segundo ela, não ocorria desde 1992.

– Não se trata apenas de uma bolha. Os dados mostram que o crescimento está ocorrendo em diversos setores de forma consistente – frisou Ideli.

A líder comemorou a criação de 52 mil novas vagas na indústria de transformação, 48 mil novos empregos no comércio e 100 mil na indústria da construção civil, há muito tempo paralisada.

– Esses dados comprovam a tese do espraio positivo do emprego, que não só cresce como alcança diversos setores da economia e todas as regiões país – ressaltou, acrescentando que o emprego na indústria cresceu 11,28%, superior à média global.



ROOSEVELT PINHEIRO

Números de outubro marcam o sétimo crescimento consecutivo, diz a senadora Ideli Salvatti

Ideli salientou que a economia cresce não somente no setor de exportações, mas no consumo interno, mostrando que a renda do trabalhador brasileiro está em recuperação. E citou o aumento da arrecadação do FGTS, cuja arrecadação para 2005 projeta acréscimo de R\$ 2,5 bilhões.

ACM critica decisões do governo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou escandalosa a readmissão de Reginaldo Muniz no Ministério da Saúde, no cargo de ouvidor da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, depois de afastado por suspeita de participação em irregularidades em licitações para a compra de hemoderivados, meses atrás.



CÉLIO AZEVEDO

Antonio Carlos condena o governo pelas "indenizações milionárias" a anistiados

– Isso é um escândalo!

Será que, em tão pouco tempo, ele foi inocentado de todas as acusações, a ponto de voltar ao ministério no cargo de ouvidor, posição que precisa de bons ouvidos? Se não era culpado, então era surdo, porque nada ouviu do barulho de desvio de recursos públicos que estavam ocorrendo sob sua administração – criticou o senador.

Antonio Carlos protestou, ainda, contra as enormes indenizações que estão sendo concedidas aos chamados anistiados, por terem sofrido perseguição

durante o regime militar. Ele citou o caso de um piloto, José Cetano Lavorato Alves, que recebeu R\$ 2,5 milhões, mais pensão mensal de R\$ 13 mil, conforme reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*.

– Vamos parar com isso! São milhares de anistiados. O que se quer é provocar as Forças Armadas, e

o vice-presidente José

Alencar, como ministro da Defesa, não conseguirá segurar esses militares. Até mesmo o presidente Fernando Henrique Cardoso, que também recebe pensão, já afirmou serem absurdas essas indenizações milionárias – advertiu.

O senador pela Bahia instou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a responder a seu requerimento de informações, indagando sobre os critérios que a Comissão da Anistia está usando para conceder indenizações e pensões a essas pessoas.

Para Maguito, estradas ficaram melhores

O governo não acerta em tudo, mas querer culpar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo atual estado das estradas brasileiras não é correto, “pois elas não são recuperadas há mais de 15 anos”, disse o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) – foto –, em resposta ao senador Mão Santa (PMDB-PI), que reclamou da situação das estradas do Piauí.



Maguito Vilela

Para Maguito, o governo só deve ser responsabilizado caso tenha contribuído para piorar a situação, o que a seu ver não é o caso, pois está quitando dívidas deixadas com as empreiteiras e, mesmo assim, vem recuperando boa parte da malha viária. O senador deu o exemplo de Goiás dizendo que seu estado hoje está “um milhão de vezes melhor do que no governo anterior”. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) reiterou que, das dez piores estradas do Brasil, três estão no Piauí.

Efraim celebra 133 anos de Santa Luzia

Ao registrar que Santa Luzia, no estado da Paraíba, completou 133 anos de emancipação política no dia 24, o senador Efraim Morais (PFL-PB), natural daquele município, solicitou a publicação do hino oficial da cidade nos Anais do Senado. Santa Luzia está localizada na região do Vale do Sabugi, no sertão do Seridó paraibano, porção central do estado. O turismo de aventura é uma das principais alternativas da economia local.

Acre sofre com fumaça de vizinhos, diz Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse que o Acre é responsável por menos de 1% da fumaça detectada em sua atmosfera pelos satélites, segundo estudos científicos. Os maiores responsáveis pela poluição do ar sobre o território acreano seriam a Bolívia, país fronteiriço, e os estados de Mato Grosso e Rondônia.

– O Acre pode ser considerado o fumante passivo da Amazônia – disse Sibá, ao defender o seu estado da acusação de ser um grande palco de queimadas, citando frase do presidente do Instituto do Meio Ambiente do Acre, Edegard de Deus.

De acordo com estudos detalhados feitos desde 1999 por diversas instituições, entre elas o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), incêndios florestais perto da cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra produziram uma parte significativa da fumaça que foi transportada por mais de mil quilômetros até Rio Branco, capital do Acre.

Tião Viana elogia isenção para livros

Ao elogiar decisão do governo federal de abrir mão de cobrar o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na cadeia produtiva do livro, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a iniciativa facilitará o acesso do cidadão à leitura. Ele informou que, atualmente, a média de leitura do brasileiro é inferior a dois livros por ano, número que chega a 26 na Finlândia e varia entre seis a oito nos países desenvolvidos.

A decisão do governo foi anunciada no dia 10 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Tião Viana

Zambiasi exalta a Feira de Porto Alegre

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) exaltou a relevância da 50ª Feira do Livro de Porto Alegre (RS) recentemente encerrada, durante a qual foram realizadas 730 sessões de autógrafos e 60 saraus musicais e teatrais, e vendidos meio milhão de livros. Para ele, mais do que uma ocasião para se comprar, a feira já se consagrou como “monumento móvel à cultura”.



Sérgio Zambiasi

Zambiasi citou o anúncio, durante a feira gaúcha, da decisão do presidente da República de restabelecer o artigo 4º da Lei que instituiu a Política Nacional do Livro, desonerando os livros nacionais e estrangeiros de todos os impostos, contribuições e taxas.

Mão Santa cobra de Lula recriação da Sudene

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que recrie a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para ele, a medida seria uma homenagem justa e adequada ao economista Celso Furtado, idealizador da Sudene, falecido recentemente.

– O Lula, que é pernambucano, está esquecendo o Nordeste; sofreu lavagem cerebral e agora pensa ser paulista. Durante dois anos de governo, ele não conseguiu recriar, de fato, a Sudene, o instrumento mais



Mão Santa

importante para o desenvolvimento do Nordeste, região onde a renda *per capita* é a metade das regiões Sul e Sudeste – protestou.

Mão Santa também alertou para as conseqüências desastrosas do precário estado das rodovias para a economia e para os usuários. Segundo Mão Santa, citando números de uma pesquisa, das dez piores rodovias do país, três cruzam seu estado.

“O povo do Piauí teve a maior confiança no governo Lula e é hora de o presidente mostrar gratidão”, cobrou o senador.

Ana Júlia lê denúncia sobre governo do Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), em nome da liderança do bloco de apoio ao governo, levou ao Plenário denúncia da revista *Isto É*, segundo a qual o governo do Pará teria beneficiado irregularmente a empresa Cervejaria Paraense S.A. (Cerpasa) com renúncia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).



Ana Júlia

A reportagem, intitulada “Chope no bico”, diz que a Cerpasa doou à campanha do governador Simão Jatene, em 2002, vultosas quantias. Em contrapartida, a empresa teria sido beneficiada com o perdão de 95% de ICMS devido.

Paim quer proteção para vinhos gaúchos

O senador Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para a situação dos produtores gaúchos de vinho, que estariam perdendo espaço no mercado interno para os produtos importados do Chile e da Argentina. Ele disse que o governo brasileiro não tem percebido a “inundação” de vinhos chilenos e argentinos, que estaria ameaçando a cadeia produtiva nacional, responsável pela geração de 230 mil empregos.

– Embriagados com o sucesso das exportações, alguns setores do governo não percebem que as importações de vinho desses dois países do Cone Sul estão trazendo sensíveis prejuízos à vitivinicultura nacional, o que torna amargo o seu sabor – afirmou Paim.

José Jorge: TCU atesta abusos com cartões

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) acaba de justificar a inquietação por ele manifestada contra os cartões corporativos utilizados por funcionários do governo. Baseado em noticiário da imprensa, ele disse que o TCU mandou o governo controlar esses cartões, para evitar abusos de funcionários.

– O governo gastou em oito meses o que gastou em 12 meses do ano passado. Portanto, esse gasto com cartão, além de crescente, é progressivo – observou o senador.

José Jorge quer que o TCU realize auditoria na Casa Civil, para examinar a concessão e utilização por servidores da Presidência, quando, segundo a imprensa, os gastos com cartões já alcançava R\$ 1,5 milhão em despesas variadas.



José Jorge

PLENÁRIO

Proposta reduz a CPMF para 0,08% em 2008

Proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reduz gradualmente a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), do índice atual de 0,38% para 0,08%, em janeiro de 2008, quando se tornaria permanente. Até lá, a cobrança seria diminuída paulatinamente para 0,28% em julho do ano que vem; 0,24% em janeiro de 2006; 0,20% em julho de 2006; 0,16% em janeiro de 2007; e 0,12% em julho daquele ano.

– A prorrogação pura e simples, por quatro anos, desse tributo de má qualidade, com alíquota tão elevada, não se coadunava com a nossa proposta de reforma tributária – afirma o senador na



Tasso Jereissati: redução da CPMF faz parte de acordo entre governo e oposição

justificação da proposta.

Jereissati salienta que a redução da CPMF fez parte de um amplo acordo entre governo e oposição, no fim de 2003, quando foi aprovada a prorrogação

por quatro anos. Em contrapartida, se daria a aprovação de uma proposta que reduziria até 0,08% a alíquota da contribuição.

– Na época do acordo (2003), estimava-se que essa proposta tivesse curso imediato, por isso trabalhou-se com a hipótese de alteração via projeto de lei. Todavia, com o decurso do prazo, tomamos a iniciativa de formular uma PEC, já com uma regra explícita para redução a partir de julho de 2005.

Jereissati argumenta que o ganho de receita com o aumento da alíquota do PIS/Cofins e com a cobrança da Cofins sobre importados será mais do que suficiente para cobrir a perda de arrecadação com a redução da CPMF.

Efraim defende solução para crise federativa

O senador Efraim Morais (PFL-PB) defendeu a participação do Senado na solução do que chamou de crise federativa do país. Na sua avaliação, o Brasil possui um sistema tributário injusto, que beneficia a União em detrimento de estados e municípios.

– Sendo o Senado a instância parlamentar representativa da Federação, penso que temos o



Efraim Morais

dever de nos associar a essa luta. Trata-se de uma anomalia que decorre da preservação de um modelo em que os tributos arrecadados, repartidos com os estados, vêm sofrendo drásticas reduções, que decorrem da criação das chamadas contribuições, não compartilhadas com os demais entes federativos – analisou o parlamentar.

Papaléo Paes cobra redução da carga tributária brasileira

Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a redução da carga tributária, dizendo que o arrocho fiscal praticado no Brasil faz o país perder competitividade em termos mundiais. Ele disse ainda que, para se falar em justiça social, é necessário promover a correta aplicação do dinheiro público.

– Não podemos prejudicar os cidadãos – disse o senador, acrescentando que em 2004 cada



Papaléo Paes

brasileiro deverá pagar de tributos, em média, um valor correspondente a R\$ 3.589,14. Em 2003, cada um pagou R\$ 3.092,47.

Papaléo assinou que a carga tributária no Brasil está fundada em parâmetros que representam 75,74% dos impostos e taxas arrecadados sobre bens, serviços e salários, incidindo diretamente sobre a produção e o faturamento das empresas.

Para Eduardo, Senado deve estudar acordos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) propôs que o Senado faça uma ampla reflexão sobre os interesses nacionais, ou a falta deles, nos recentes e futuros acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro. Ele destacou a posição estratégica do país no combate à fome em âmbito mundial, graças ao imenso potencial agrícola.

– Qual é a vantagem de sermos grandes exportadores de soja, minério e madeira? Não aceito que o Brasil seja apenas um grande exportador de matéria-prima. Sou defensor de uma maior integração com países como a China e a Rússia e também com o continente africano, mas com uma visão que leve em conta os interesses nacionais. Todos defendem os seus interesses. E o Brasil? – questionou.

Eduardo defendeu o incentivo à agroindústria como forma de agregar valor aos produtos brasileiros e como instrumento de criação de empregos



Eduardo

Azeredo destaca “gestão equilibrada” em Minas

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a gestão do governador mineiro Aécio Neves, ressaltando a austeridade administrativa e o equilíbrio fiscal. Ele disse que a administração estadual alcançou a meta de déficit zero nas contas públicas por meio do corte de cargos e de ações administrativas inovadoras e aumentou as receitas, instituindo metas na fiscalização e adotando medidas que permitiram ao estado retomar o crescimento econômico.

– Quero reconhecer o mérito dos administradores mineiros que souberam aproveitar o

aumento da arrecadação para buscar o equilíbrio das contas, em vez de promoverem, como no passado recente, uma política populista de aumento de salários – destacou Azeredo.

O senador lembrou a sua gestão frente ao governo de Minas (1995-98), quando iniciou “a adequação do estado à realidade pós-inflacionária”. Antes disso, continuou Azeredo, os orçamentos continham números que não se realizavam – pois tanto as despesas quanto as receitas eram mascaradas.

Para Azeredo, o saneamento das contas vai atrair investimentos importantes para o estado.

Virgílio elogia esforço fiscal de governador do PSDB

O ajuste fiscal promovido pelo governador mineiro Aécio Neves (PSDB) também recebeu elogios do líder do seu partido no Senado, Arthur Virgílio (AM). Para o senador, ao poupar no custeio da máquina pública, Aécio irá dispor de

mais recursos para a área social, investimentos no setor produtivo e geração de empregos, impulsionando o crescimento econômico mineiro.



Arthur Virgílio

– Ele detectou uma situação de desequilíbrio e partiu para atacar o problema na base. Agora, terá dois anos de bonança – afirmou.

Quanto ao governo federal, Virgílio criticou a falta de projetos para o país. Segundo ele, o Executivo “está parado” e a “única coisa que anda com começo, meio e fim” no governo é a tentativa de Lula se reeleger.

Pavan exige maior apoio à agricultura familiar

Leonel Pavan (PSDB-SC) chamou a atenção para a necessidade de apoio à agricultura familiar, que representa cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, ou seja, o equivalente a 84% de todos os produtores. Para esse segmento, que na opinião do senador deveria ser prioritário, a situação ainda é bastante diversa da do próspero setor de agronegócio.

De acordo com Pavan, o agricultor familiar, em comparação com o grande produtor rural, carece de toda sorte de atenções: auxílio técnico, organização e, principalmente, acesso ao crédito. E, ape-

sar de contribuir com 40% da produção agrícola brasileira, recebe apenas 25% do total de financiamentos destinados ao setor.

O senador explicou que o pequeno produtor rural assenta-se geralmente numa propriedade familiar que tem, em média, 26 hectares. Não pode, assim, competir diretamente com o grande empresário rural, que possui propriedades 20 vezes maiores. Embora o Plano Safra 2004-2005, que prevê recursos de R\$ 7 bilhões, represente um avanço, Pavan considera que o montante de recursos é insuficiente.

PLENO EMPREGO - O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou, na abertura do 1º Fórum Parlamentar do Pleno Emprego, que o Brasil vive hoje sua maior crise social. Para ele, a política econômica do governo Lula “criou uma crise sem precedentes que gerou alto nível de desemprego e colocou em risco a estabilidade social e política”. O fórum é promovido pela Frente Parlamentar do Pleno Emprego no Senado, presidida por Crivella.

– Nunca tivemos 22 milhões de desempregados e subempregados. Falta dinheiro para a geração de empregos, para infra-estrutura, educação, saúde, reforma agrária. Isso precisa ser discutido. Nós não queremos gerar uma nova crise econômica. As mazelas do país se devem ao desemprego e subemprego – declarou o senador, que disse acreditar que a Política do Pleno Emprego é o elemento reestruturante da sociedade brasileira.

DROGADOS - Magno Malta (PL-ES) anunciou a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e pediu o apoio dos demais senadores para a iniciativa. O senador afirmou que essas comunidades têm sido a válvula de escape das famílias que precisam lidar com parentes consumidores de drogas, apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter baixado resolução há dois anos determinando o fechamento de todas essas entidades e repassando a responsabilidade do tratamento a drogados para o Sistema Único de Saúde (SUS).

– Não estão conseguindo nem atender um cidadão com um pé cortado e agora vão cuidar dos drogados? – questionou.

VIOLÊNCIA URBANA - João Batista Motta (PMDB-ES) fez um apelo às autoridades, nos três níveis de governo, para que articulem as políticas de combate à violência urbana. A onda de vandalismo em Vitória, que obrigou o governador Paulo Hartung a pedir ajuda ao Exército, mostra, para o senador, a necessidade de uma ação compartilhada entre União, estados e municípios.

– Os prefeitos, por exemplo, terão que se articular com as demais autoridades visando ao enfrentamento desse quadro, porque não há mais como viver nessa situação de horror – ressaltou.



João Batista Motta

PLENÁRIO

Mozarildo: União deve valorizar os municípios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu o fortalecimento político e administrativo dos municípios brasileiros, por meio da destinação de maiores recursos para as prefeituras. Ele lembrou que o município é o local onde o cidadão mora.

Para Mozarildo, há uma inversão de valores dentro da estrutura administrativa brasileira. Como exemplo, informou que em 2003 foi repassado a organizações não-governamentais (ONGs) R\$ 1,3 bilhão, apenas em convênios com os ministérios.

O senador informou que os valores destinados às ONGs representaram cerca de 44% do que o governo encaminhou de maneira espontânea aos municípios, sendo que não foi exigido das ONGs o mesmo rigor cobrado das prefeituras com relação à



CÉLIO AZEVEDO

Elevado repasse de recursos às ONGs demonstra inversão de valores da administração pública, diz Mozarildo

aplicação de recursos.

– É uma autêntica substituição do Estado pelas ONGs – protestou Mozarildo, ao informar

que autarquias e fundações, como a Petrobras, repassam “uma fortuna” às ONGs, em detrimento dos municípios.

O parlamentar também criticou as constantes denúncias feitas pela imprensa aos municípios, principalmente os de médio e pequeno porte, de que seriam uma espécie de “praga da nação”. Para ele, é um autêntico preconceito afirmar que os maiores níveis de corrupção e de desvios estão nos municípios.

O senador também aplaudiu o transcurso do 29º aniversário da Polícia Militar de Roraima. Ele enalteceu o trabalho da instituição na segurança à população e prometeu lutar por verbas para melhorar as condições de trabalho.

Raupp defende ampla reforma tributária

Em pronunciamento no Plenário, na sexta-feira (26), o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ampla reforma no sistema tributário nacional, destinada a estimular o desenvolvimento, promover a distribuição da riqueza e induzir a justiça social. Ele observou que a atual estrutura tributária consegue “a proeza” de reunir todas as características indesejáveis, como a onerosidade e complexidade. Ele condenou ainda o que chamou de voracidade tributária do governo que, notou, “parece não ter limites”.

– Estudos mostram que a carga tributária chegou a 38,11% do produto interno bruto (PIB) no primeiro semestre deste ano. Nesse período, os contribuintes



CÉLIO AZEVEDO

Para Valdir Raupp, a tributação é um ônus insuportável para empresários e assalariados

deixaram mais de R\$ 311 bilhões nos cofres públicos, nos três níveis de governo, evidenciando que no fim deste ano o governo vai contabilizar mais um recorde de arrecadação – previu ele.

Raupp salientou que não se pode culpar apenas o presidente Lula pelo aumento dos impostos, já que ele não criou, por exemplo, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) ou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Esses encargos, observou, foram criados no governo Fernando Henrique.

O senador entende que, cada vez mais, a tributação vem se constituindo em ônus insuportável para empreendedores e assalariados, sufocando, a seu ver, as possibilidades de maior crescimento da economia. Ele disse que a tributação brasileira onera os pobres para subvencionar e subsidiar os ricos.

Alberto Silva sugere que Lula ouça o PMDB

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu, na sexta-feira (26), que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouça o PMDB, “uma fonte de inspiração política”. Na opinião do senador, é importante que o partido permaneça no governo.

– Presidente, ouça as lideranças do PMDB. O PT ainda é aprendiz de política. E sendo aprendiz, erra, por várias formas, porque não conhece os assuntos, porque quer impor a sua vontade. Isso cria problemas nas bases de sustentação partidária do governo – alertou Alberto Silva.

O senador acrescentou que o presidente deve “olhar bem” como o seu governo está constituído. E disse que os diretórios

regionais do PMDB têm uma satisfação a dar aos seus eleitores, que perguntam se o partido está participando do governo.

– E participar significa tomar parte das decisões governamentais – afirmou o senador, lembrando que o presidente Lula envia um número expressivo de medidas provisórias ao Congresso, das quais algumas, em sua avaliação, são necessárias e outras não.

No fim de seu discurso, Alberto Silva propôs ao governo que crie a Câmara de Gestão destinada à recuperação da malha rodoviária nacional. Segundo o senador, Lula será aplaudido em todo o Brasil se adotar essa iniciativa.



CÉLIO AZEVEDO

Alberto Silva

Reforma ministerial será apenas acomodação política, diz Alvaro

A anunciada reforma ministerial a ser promovida pelo governo irá privilegiar apenas a acomodação política, segundo afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em vez de atender aquilo que, a seu ver, a população mais deseja: a eficiência administrativa.

Para Alvaro, é chegado o momento de o governo anunciar prioridades concretas destinadas a retirar o país da situação em que se encontra. Afinal, observou, a única proposta que se conhece do governo federal é a de obedecer às metas do superávit primário estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O senador reconheceu que as notícias a respeito da reforma ministerial despertam esperanças no povo brasileiro de que as coisas vão melhorar daqui para frente. Ele acrescentou que as mudanças, como estão colocadas, pecam por atender apenas aos anseios políticos, quando deveria prestigiar a área técnica.

Alvaro Dias também cobrou do governo “mais ação e menos comemoração”, para que a população, especialmente aquela que ajudou a eleger o presidente Lula, “possa continuar realimentando o sonho de que terá uma vida melhor e mais digna”.

Presidência

Reivindicação de policiais militares

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na quarta-feira (24) o comandante-geral da Polícia Militar do Amapá, coronel Ayres; o presidente da Associação dos Policiais Militares de Roraima, coronel Maia; e a presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Extinto Território Federal do Amapá, subtenente

Socorro, acompanhados pelo deputado Gervásio Oliveira (PDT-AP) e o deputado estadual José Milhomem. Os policiais, que ficaram ligados à área federal, reclamam reajuste de proventos pela União, e apelaram a Sarney no sentido de apoiar sua reivindicação junto ao Ministério do Planejamento.

Visita de Paulo Hartung e João Coser

O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o prefeito eleito de Vitória, João Coser, acompanhados pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), foram recebidos pelo presidente do Senado, José Sarney, na quarta-feira (24). O governador desmentiu que tivesse vindo tratar de

sua filiação ao PMDB: “É provável que eu faça uma filiação partidária nos próximos meses, mas ainda não há definição”.

O governador caracterizou o encontro como “uma visita de cortesia e agradecimento”.

– Tramitou no Senado autorização para empréstimo no Banco Mundial, e tivemos aprovação em tempo recorde.

BLOOMBERG - José Sarney recebeu na terça-feira (23) o diretor mundial da Bloomberg Television, Ken Kohn, acompanhado de Charles Penty, editor-chefe da agência de notícias no Brasil; Cecília Tornaghi, âncora e editora; Kátia Cortez, repórter; e Mariana Mecchi, produtora.

EMBAIXADOR - O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, visitou o presidente do Senado na quarta-feira (24).

MERCOSUL - Sarney recebeu na quinta-feira (25) o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Eduardo Caputo, que agradeceu o convite para a abertura do 2º Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Partes e Associados do Mercosul. O evento se realiza nesta semana, em Brasília. Sarney compõe a comissão de honra do evento e jantaria no dia 28, na residência oficial da Presidência, com os representantes dos países.

Putin (E) é o primeiro presidente russo a visitar o Brasil, ressalta José Sarney



JOSÉ CRUZ

Sarney recebe Vladimir Putin

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na segunda-feira (22) a visita do presidente da Rússia, Vladimir Putin, em visita oficial ao país, e agradeceu o apoio daquele país à pretensão brasileira de ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Putin ressaltou a importância estratégica do Brasil para a política externa russa, que seria comparável à da China, Ucrânia e França. Sarney assinalou que Putin é o primeiro presidente russo a visitar o Brasil, e lembrou sua própria viagem à Rússia, logo após a dissolução da antiga União Soviética.

– As excelentes relações entre Brasil e

Rússia começaram quando eu era presidente da República. Fui o primeiro presidente brasileiro a visitar a Rússia. Na área comercial já estamos muito adiantados, e agora avançamos nos acordos de cooperação econômica e política – disse Sarney.

Na terça-feira, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, Sarney recebeu o primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin, e uma comitiva de deputados e senadores, acompanhados da embaixadora canadense no Brasil, Suzanne Laporte.

O primeiro-ministro manifestou sua expectativa sobre o aumento da parceria entre os dois países.

PLENÁRIO

Parlamentares em defesa do cinema nacional

Foi lançada na quarta-feira (24) a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Durante o lançamento da frente, a senadora afirmou que a indústria cinematográfica é estratégica para o país, tanto por movimentar a economia, quanto para proteger a soberania nacional.

Ideli ressaltou que o objetivo da frente é colocar a questão da indústria cultural na pauta do Congresso e agilizar a tramitação de projetos, como o que trata da regionalização da TV.

Sobre a criação da Agência Nacional do Cinema e Audiovisual (Ancinav), a senadora defendeu a regulamentação do setor, que tem importância estratégica para o Brasil.

O secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, que veio representando o ministro Gilberto Gil, destacou que a área de cinema e audiovisual é uma das mais importantes atividades econômicas do mundo. Ferreira disse que o cinema brasileiro luta em um mercado predatório e que a legislação atual não dá conta das mudanças. O representante do

Ministério da Cultura destacou que os Estados Unidos, que lideram o mercado mundial no setor, têm na indústria do audiovisual seu segundo produto de exportação. No Brasil, destacou, 93% dos municípios brasileiros não têm sequer uma sala de cinema e apenas 8% da população têm acesso a esse tipo de entretenimento. Juca Ferreira defendeu também projeto da Ancinav, que deverá em breve ser encaminhado ao Congresso.

Presente à cerimônia, o cineasta Geraldo Moraes destacou a importância da criação da frente por permitir a aglutinação dos setores envolvidos em produção de audiovisual. Também prestigiaram o evento pessoas ligadas à área, como a mãe do cineasta Glauber Rocha, Lúcia Rocha, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Para o produtor Luis Carlos Barreto, a frente parlamentar irá contribuir para o desenvolvimento do audiovisual no país. Acompanhado dos cineastas Paulo Thiago e Aníbal Massaini, Barreto foi recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, quando comunicou a decisão dos empresários do setor de constituírem, nos primeiros meses do próximo ano, o Fórum Nacional da Indústria Cultural.



CÉLIO AZEVEDO

Comemoração pelo Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher reúne parlamentares, como Fátima Cleide (D)

Sessão solene pelo fim das agressões contra a mulher

O Congresso Nacional realizou sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado mundialmente no dia 25 de novembro. No evento, realizado na quarta-feira (24), estavam presentes, além dos parlamentares das duas Casas, as primeiras-damas do Brasil, Marisa Silva, e do Peru, Eliane Toledo; a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e a secretária especial de Políticas de Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. O Coral de Crianças da Escola das Nações, de Brasília, participou da abertura da sessão.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), autora do requerimento da solenidade, lembrou o escritor norte-americano Jack London, que disse

ser o homem "o único animal que se diferencia dos demais por agredir as suas fêmeas". A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) cobrou políticas públicas para a proteção da mulher e punições mais severas para os responsáveis por agressões. Já a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu a intensificação da luta por elaboração de leis contra a discriminação da mulher.

Na sessão de sexta-feira, em Plenário, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que já era hora de dar um basta à violência contra as mulheres. Ela citou a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2001, que demonstrou que 61,5 milhões de brasileiras foram agredidas ao menos uma vez. Fátima Cleide também ressaltou as iniciativas do governo em defesa das mulheres brasileiras.



JANE ARAÚJO

Romeu Tuma prestigia lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica, presidida por Ideli Salvatti

Senadores prestam homenagens ao economista Celso Furtado

Os senadores vão se reunir no próximo dia 7, em sessão solene, para homenagear o economista Celso Furtado, falecido no dia 20 de novembro, aos 84 anos. Ministro de dois governos (João Goulart e José Sarney), conselheiro da República e criador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Furtado foi lembrado em discursos na semana passada.

O presidente do Senado, José Sarney, propôs voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e às Academias Brasileira de Letras (ABL) e Brasileira de Ciências (ABC), das quais o economista

era membro. "O Brasil perdeu um grande homem; e eu, um amigo", disse Sarney.

O Plenário também fez um minuto de silêncio em memória do economista paraibano e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) iniciou sua sessão da terça-feira (23) com discursos sobre Furtado. Para o presidente do colegiado, Ramez Tebet (PMDB-MS), o economista sempre foi um otimista com relação ao Brasil. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) enalteceu a memória de Furtado, afirmando que a melhor reverência que o Senado poderia

prestar a ele seria a aprovação do projeto que recria a Sudene. A mesma opinião foi esboçada por Mão Santa (PMDB-PI), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Marco Maciel (PFL-PE). Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que a morte de Furtado era uma perda "irreparável".

Também homenagearam o economista os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ), Papaléo Paes (PMDB-AP), Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS), Efraim Morais (PFL-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Valdir Raupp (PMDB-RO).



ANA C. FERNANDES/FOLHA IMAGEM

Celso Furtado, falecido em 20 de novembro, aos 84 anos, foi ministro nos governos João Goulart e José Sarney

Projetos

Proposta unifica documento e reduz burocracia

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs a criação do Cartão do Cidadão, um único documento - eletrônico - que armazenaria informações úteis. Conteria, por exemplo, o número da carteira de identidade, de habilitação, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e outras informações do titular (PLS 328/04). Já o projeto do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) inclui o número do título de eleitor na carteira de identidade (PLS 334/04). Alberto Silva também propôs a extinção da fiança no aluguel de imóveis.

Benefícios a portadores de hepatite B ou C

Portadores das formas crônicas da hepatite B ou C podem ter os mesmos benefícios concedidos aos portadores de Aids. É o que prevê o projeto (PLS 330/04) da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propõe que sejam dispensados da revista por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes os portadores de marca-passo ou de aparelhos similares (PLS 335/04). Ele argumenta que não há garantias de que os aparelhos cardíacos sejam imunes aos campos magnéticos dos aparelhos de segurança.

Criação de universidade e escola no ES

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projetos que propõem a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo de Linhares (PLS 332/04) e da

Universidade Federal de São Mateus (PLS 331/04), ambas no Espírito Santo. As duas propostas serão examinadas pela Comissão de Educação (CE).

Mercadante propõe taxa sindical

A criação de uma contribuição de negociação coletiva foi proposta pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo o projeto (PLS 336/04), a taxa seria um valor anual devido pelos trabalhadores, filiados ou não, às entidades sindicais. A cobrança, porém, seria determinada pelos próprios trabalhadores, com um teto máximo definido. Mercadante também apresentou proposta que muda a composição do Conselho Monetário Nacional (CMN), atualmente composto pelos ministros do Planejamento, da Fazenda e pelo presidente do Banco Central (PLS 337/04). O senador sugere a inclusão de representantes da sociedade, o envolvimento do Senado na aprovação dos indicados, além de outros ministérios.

Projetos mudam legislação eleitoral

Projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) autoriza o voto dos eleitores que estejam fora de seus locais de votação na data do pleito (PLS 339/04). Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou proposta determinando que os candidatos não poderão ser detidos nos 15 dias antes da eleição e até 48 horas após o pleito, salvo em flagrante. "Os candidatos necessitam de garantia para o exercício do voto e eventual vitória nas urnas, livres do receio de que algum opositor possa engendrar motivo infundado para sua detenção", argumenta ele.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 11 e 24 de novembro

Voz do Leitor

INTERNET NAS ESCOLAS

“Senador Hélio Costa, sugiro que todas as escolas públicas tenham computadores com disponibilidade de Internet, pois as escolas particulares já têm computador.”

Lucas Dias Rezende,
de Divinópolis (MG)

EMPREGO

“Senador Eduardo Azeredo, solicito o empenho de Vossa Excelência na área trabalhista, principalmente para pessoas que não têm estudo ou que têm mais de 30 anos e não estão conseguindo emprego. Gostaria também que o governo investisse mais nas rodovias, assim haveria maior geração de empregos.”

Adão Gomes,
de São João do Meriti (RJ)

MILITARES

“Senador Paulo Paim, sugiro a apresentação de projeto que tenha como objetivo beneficiar o salário família do militar.”

Aníbal Firme de Lira,
de São Gonçalo (RJ)

ATO MÉDICO

“A rejeição do projeto de lei do ato médico torna-se, num crescendo, um apelo popular, de norte a sul do país. Senadora Lúcia Vânia, hoje está nas suas mãos a condução desse projeto, que expõe interesses meramente corporativistas e que pode atingir negativamente a sociedade brasileira.”

Patrícia Mendes,
de Brasília (DF)

CPMF

“Senador Hélio Costa, sabemos que a cobrança da CPMF foi criada para melhorar a saúde. Por que a

saúde está cada vez pior? Já que a CPMF não cumpriu seu objetivo, não seria a hora de acabar com a cobrança?”

Cléia Maria Lacerda Oliveira,
de Ipatinga (MG)

PROGRAMAS SOCIAIS

“Senador Sérgio Guerra, estou feliz com os programas que vêm beneficiando as famílias brasileiras, mas é preciso uma fiscalização rigorosa. É preciso visibilidade porque só assim a sociedade começa a acompanhar de perto programas como o Bolsa-Escola, Peti e Bolsa-Alimentação, por meio de fóruns de debates para que haja uma avaliação conjunta com a sociedade civil organizada.”

Milena Maria da Silva de Lima,
de Lagoa do Itaenga (PE)

BAIXADA FLUMINENSE

“Solicito intervenção do senador Marcelo Crivella junto ao governo do estado do Rio de Janeiro para que haja mais investimento na Baixada Fluminense nas áreas da saúde, educação, saneamento, segurança e geração de empregos.”

Adão Gomes,
de São João do Meriti (RJ)

REDUÇÃO DE TARIFAS

“Senadores, solicito que se sensibilizem e apresentem projeto de lei para diminuir o valor das taxas de luz, telefone e água, que estão um absurdo. Hoje não temos como pagar taxas tão altas. Solicito então que seja feito algo por todos nós brasileiros. É preciso pensar mais no Brasil, e nós somos o Brasil.”

Joaquim José Martins,
de Cachoeira Paulista (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Pergunte ao Senador

PROJETOS PARA O ESTADO DO PIAUÍ

Francisco de Assis Rocha, de Ceilândia (DF)

“Senador Heráclito Fortes, gostaria de saber de Vossa Excelência quais os projetos de sua autoria em prol do estado do Piauí.”

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) responde:

Caro Francisco, para responder à sua pergunta, preciso antes fazer uma pequena explicação: como senador, represento todo o estado do Piauí e não apenas alguns municípios. Devo atuar tendo isso em mente. Assim, sobretudo agora, quando estou na oposição, minha prioridade é olhar para o estado como um todo, que, diga-se, tem sido muito maltratado pelo governo federal. Por isso, tenho ocupado a tribuna seguidamente para reclamar da falta de recursos para estradas, escolas, pontes, educação, hospitais, enfim, para o desenvolvimento do Piauí. Apesar de o estado ter um governador do mesmo partido do presidente da República, não tem merecido o devido tratamento. Desde o início do ano tenho insistido para que o governo dê mais atenção (e recursos, obviamente) para as vítimas das enchentes no Piauí, muitas das quais encontram-se até hoje em abrigos.

Desde que assumi o mandato, tenho procurado, como sempre fiz na Câmara dos Deputados, destinar as emendas ao Orçamento a que tenho direito de forma a beneficiar o maior número possível de pessoas. No ano passado, além de uma pequena verba para o Hospital Sarah Kubitschek, que tem atendido centenas de pessoas, inclusive muitas que vêm do Nordeste, as emendas foram encaminhadas para uma barragem em Redenção do Gurguéia e para o Ministério das Cidades, num programa de melhorias habitacionais, que pode ser dividido para dezenas de municípios.

Este ano, destinei recursos das emendas para a Fundação Nacional de Saúde (para adquirir ambulâncias) e para o Ministério do Esporte. Neste caso, apenas um quarto da verba foi liberado para as “Quadras da Cidadania – Esporte para Todos”. Isso sem contar as emendas de bancada, que são “patrocinadas” por todos os deputados e senadores piauienses. A minha prioridade tem sido para que os recursos sejam destinados para a construção e recuperação de estradas, hospitais e escolas, além de melhorias habitacionais.

Poderia destacar, ainda, além da busca constante para alavancar recursos para o desenvolvimento do Piauí (o que é mais difícil, quando se está na oposição), a discussão que mantive com relação aos créditos suplementares para os estados, no fim do primeiro semestre deste ano. Não estavam previstos nesses créditos recursos para o Piauí. Mesmo sendo oposição ao governo estadual, fiz o que foi possível, inclusive obstruindo a sessão, para que fosse aprovado um crédito para pagar os professores piauienses.



CÉLIO AZEVEDO

Frases

“Eu disse ao presidente Putin que nós podíamos ensinar tudo a eles em matéria de futebol, mas não podíamos ensinar como é que nós ganhamos as Copas do Mundo”

José Sarney, em momento de descontração durante visita do presidente da Rússia, Vladimir Putin, ao Congresso Nacional.

“É uma perda enorme. Ficamos menores, mais pobres, mais humildes, e tenho a tristeza de constatar que o Brasil não aproveitou a grandeza de Celso Furtado como deveria”

Pedro Simon, em homenagem à memória do economista Celso Furtado, que faleceu em 20 de novembro.

“Estou na expectativa de que o sonho possa se tornar realidade. Até o momento, estou ainda no sonho”

Paulo Paim, que atribuiu o desempenho abaixo do esperado do PT nas eleições municipais à falta de iniciativas na área social.

“Não vamos votar nada que não esteja no figurino”

José Agripino, ao anunciar que o PFL e o PSDB não votariam medidas provisórias sem que tenha sido constituída comissão especial para tratar do assunto.

“O Acre pode ser considerado o fumante passivo da Amazônia”

Sibá Machado, que acusou a Bolívia de ser um dos principais responsáveis pela fumaça de queimadas que atinge o seu estado.



“Fazemos oposição de chatos que somos, já que o próprio PT faz oposição ao governo Lula”

Arthur Virgílio, ao comentar declaração do presidente do Incra, Rolf Hackbart, de que o agronegócio seria responsável pelas mortes de sem-terra.

Foto da Semana

Símbolo da luta contra a Aids, painel com laço vermelho foi instalado em frente ao Congresso, na quarta-feira (24), com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa. O ministro destacou a importância da Lei Sarney - que assegura distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV - para os avanços do controle da doença no país. Na quinta-feira (1º) é celebrado o Dia Mundial de Luta contra a Aids



JANE ARAÚJO

Parlamentares discutem excesso de MPs

O excesso de medidas provisórias (MPs) enviadas pelo presidente da República ao Congresso é o tema do programa de debates *Conexão Senado*, que a Rádio Senado exibe hoje às 12h. Atualmente, uma MP tranca a pauta do Senado, enquanto 18 obstruem as votações da Câmara dos Deputados.

Na última semana, partidos de oposição estavam dispostos a obstruir as votações em protesto à edição exagerada das medidas pelo governo. A Constituição garante o uso de MPs para tratar de assuntos relevantes e urgentes, mas a grande crítica é que o governo faz uso desse instrumento para qualquer assunto, o que tem prejudicado os trabalhos do Congresso.

O *Conexão Senado* convidou os senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Efraim Morais (PFL-PB) e os líderes do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), e na Câmara,

deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), para debater o tema.

Música do Brasil lembra a Era do Rádio

O programa *Música do Brasil* desta semana apresenta uma das grandes vozes paulistas da chamada Era do Rádio: Isaurinha Garcia, falecida em agosto de 1993. A atração resgata uma entrevista em que a cantora comenta pontos da vida pessoal e da carreira, além de tocar os maiores sucessos da intérprete, como *Prêmio de Consolação*, de Jaime Florêncio Meira e Augusto Mesquita, e *Nego*, de Oswaldo Molis e Hervê Clodovil. O programa vai ao ar no sábado às 16h, com reprise no domingo, às 11h.

Já o *Brasil Regional*, apresentado no domingo às 8h, traz a música de Renato Carvalho na interpretação de Tuka Villa-Lobos. Sobrinha-neta do maestro Heitor



Villa-Lobos, a cantora paulista radicada em Brasília é considerada por muitos uma mistura de Cássia Eller com Raul Seixas. O álbum *Loba*, que tem produção de Kiko Peres, também mostra a mais autêntica música brasileira, como o *Samba da Ressurreição*.

Ainda durante o fim de semana, a Rádio leva ao ar o *Vozes do Século XX*, que dá destaque a artistas latino-americanos.

Altemar Dutra, Gregorios Barrios, Manolo Otero, Atahualpa Yupanqui e Carlos Ramirez são alguns dos artistas em destaque. O programa é apresentado no sábado às 22h, com reprise no domingo, às 17h, e na próxima segunda-feira, às 23h.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Para reviver as aventuras de Nhô-Quim e Zé Caipora

ALEXANDRE GUIMARÃES

Se os estudiosos dos quadrinhos esqueceram de acrescentar o nome de Ângelo Agostini entre os criadores dessa arte, *As aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros - 1869-1883*, livro editado pelo Senado, vem provar sua importância.

As Aventuras de Nhô-Quim, por exemplo, teve seu primeiro capítulo publicado em 30 de janeiro de 1869, e foi a primeira história em quadrinhos de longa duração no Brasil. Foram nove episódios desenhados por Agostini na revista *Vida Fluminense*, interrompidos no ano seguinte. Em 1872, a história continuaria pelas mãos de Cândido A. de Faria, em mais cinco capítulos.



Nhô-Quim, primeiro anti-herói dos quadrinhos brasileiros

Nhô-Quim é, com certeza, o primeiro anti-herói humorístico brasileiro. Mineiro do interior, dá origem à figura folclórica que sofre várias desventuras ao chegar à cidade grande.

Em 27 de janeiro de 1883, Ângelo Agostini, proprietário da *Revista Ilustrada*, lança *As Aventuras do Zé Caipora* em seu periódico. São 24 capítulos publicados até 1886, quando edita quatro fascículos em formato álbum.

Vê-se obrigado a vender sua revista, em 1888, e partir para a França, quando, casado e pai de dois filhos, engravida uma aluna, causando grande escândalo na sociedade da época.

Na volta ao Brasil, em 1901, republica capítulos iniciais e publica 11 histórias inéditas na revista *Dom Quixote*. Parte para *O Malho*, no ano seguinte, onde edita mais 40 capítulos. Em 1906, *As Aventuras* acabam sem motivo.

Zé Caipora é homem urbano, que, nos primeiros episódios é o anti-herói, tornando-se um aventureiro e, por fim, um herói romântico em busca do amor de Amélia.

O livro, em papel couchê e imagens digitalizadas, reúne o material publicado e confirma que Agostini era mestre no traço e no humor.

Alexandre Guimarães é consultor do Senado. *As aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros - 1869-1883*, pesquisa, de Athos Eichler Cardoso, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 50 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-3575.

Conheça o Congresso

Senado Galeria: espaço aberto para exposições culturais e educativas

O corredor que separa os prédios principais da Câmara e do Senado abriga um dos espaços culturais de grande visibilidade no Congresso: a Senado Galeria. Idealizada nos anos 80 com o nome Vitrine dos Estados, a galeria foi criada para abrigar exposições educativas e culturais.

É difícil quantificar o número de pessoas que passam diariamente pela Senado Galeria, já que ela está localizada em local de grande circulação. A segurança do Senado estima que por lá passem em média 450 pessoas, mas o número

deve ser ainda maior nos dias de grande movimentação no Congresso.

Entre as exposições já realizadas este ano destacam-se a mostra sobre cultura chinesa, de iniciativa da embaixada da China, e, mais recentemente, a exposição "Dandaluanda - Panteão dos Orixás", da artista plástica Marly Viana, em referência ao Dia da Consciência Negra, comemorado no último dia 20.

Está em cartaz na galeria a exposição "Pela Eliminação da Violência Mundial contra a Mulher", que comemora a campanha dos 16 dias de ati-

vismo pelo fim da violência contra a mulher. A mostra, em exibição até 3 de dezembro, é uma iniciativa da Comissão Especial do Ano da Mulher. Estão expostos cartazes, publicações e vídeo das entidades que atuam na área, bem como as atividades da comissão durante 2004, que foi nomeado o Ano da Mulher.

Entidades interessadas em

expor no espaço devem procurar a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, que autoriza a mostra em função da disponibilidade da galeria.

As visitas à Senado Galeria são de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Informações: (61) 311-2149



Galeria está localizada no corredor que separa os prédios da Câmara e do Senado

ESPECIAL

Prodasen inaugura novo sistema de busca

O cidadão vai dispor em breve de maior facilidade para a realização de pesquisas nas bases de dados disponíveis pela página do Senado na Internet, que conta com informações referentes aos últimos 30 anos.

A Secretaria Especial de Informática do Senado (SEI/Prodasen) está desenvolvendo nova versão para o Sistema de Informação do Congresso Nacional (Sicon), que reúne todas essas bases, e foi chamado de Sicon 2.

A versão preliminar do Sicon 2 já está disponível para a avaliação dos usuários internos, e permite a pesquisa nas principais bases de dados do Senado: pronunciamentos da Casa, matérias legislativas, legislação federal e biblioteca do Senado.

O Prodasen já está trabalhando

para incluir as emendas ao Orçamento, as biografias dos senadores e as notícias dos veículos de comunicação da Casa nesta base de dados. Antes de ser colocada na Internet, a versão final deve ser aprimorada a partir das sugestões dos usuários internos.

Diferencial do Sicon 2 é a facilidade no uso

A grande marca do Sicon 2, segundo o Prodasen, é a facilidade. Ele pode ser executado tanto por pessoas experientes quanto por leigos, e oferece pesquisas em nível básico, intermediário e avançado.

O novo sistema, além de manter opções já oferecidas, que permitiam pesquisas complexas com a utilização de operadores variados, adquiriu agora importantes inovações. O Sicon 2

possui visual gráfico característico de página da Internet, mais atraente aos usuários. Além disso, oferece diversos tipos de pesquisa. Permite também que se realize busca única nas bases de dados disponíveis, o que anteriormente era impossível.

A expectativa é que o novo sistema esteja disponível ao público ainda este ano ou no começo do próximo, mas a data depende da aprimoração do Sicon 2.

Para viabilizar a alternativa, não houve gasto com licenciamento de produtos, pois foram usadas ferramentas abertas, os softwares livres. Para o diretor da Subsecretaria de Desenvolvimento Legislativo, Constantin Metaxa Kladis, esse foi um passo importante para enriquecer o Prodasen com novas abordagens no trabalho técnico.

ILB oferece capacitação para assembléia do Tocantins

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e o presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, deputado Vicente Alves de Oliveira, assinaram na terça-feira (23) protocolo de intenções de cooperação técnico-científica e cultural, pelo qual o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) passa a oferecer à assembléia todo o sistema de treinamento, formação e capacitação de pessoal já disponível para os servidores do Senado.

O senador João Ribeiro (PFL-TO) participou da solenidade de assinatura do protocolo de cooperação, cujo primeiro resultado será a realização de um curso sobre técnica legislativa, ministra-

do por um integrante da Consultoria Legislativa do Senado, já no primeiro semestre de 2005, em Palmas. Além dos servidores da assembléia, poderão se inscrever também funcionários das câmaras municipais do Tocantins.

Os servidores do Legislativo daquele estado também poderão ter acesso aos cursos a distância sobre técnicas de redação, legislação eleitoral e Direito Constitucional, que são oferecidos pelo ILB por meio da Internet.



João Ribeiro

ROOSEVELT PINHEIRO

MOREIRA MARIZ

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Como gastar menos com serviços bancários

Se cliente de um banco pode custar caro e trazer muitos aborrecimentos. Saques não reconhecidos, débitos não autorizados, problemas com o cartão eletrônico, filas. Por essas e outras queixas, as instituições bancárias estão entre as empresas que mais recebem re-

clamações nos Procons de todo o país.

Sem muitas alternativas e pela pouca concorrência no mercado, resta ao consumidor ficar atento a seus direitos e denunciar os abusos cometidos. O cidadão deve ainda buscar entre as instituições aquelas que oferecem o melhor serviço pelo menor

preço. Segundo pesquisa da Associação Pro Teste de Defesa dos Consumidores, os valores das tarifas podem variar de uma empresa para outra em até 500%. Outro levantamento da Fundação Procon de São Paulo revelou que o número de serviços e produtos cobrados pelos bancos duplicou

nos último oito anos.

Nesta edição do **Especial Cidadania**, saiba quais são os principais direitos do consumidor, como proceder em casos de irregularidades e como ter maior segurança nas operações bancárias, além de conhecer endereços importantes.

Banco deve seguir Código do Consumidor

Os bancos são prestadores de serviço e devem seguir as regras impostas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Além disso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em 2001, a Resolução 2.878, reunindo os procedimentos que devem ser seguidos pelas instituições financeiras. Outras resoluções estabelecem o que pode e o que não pode ser feito em casos como abertura de conta (2.025 e 2.747); cobrança de tarifas (2.303); contratação de operações e prestação dos serviços (2.878 e 2.892) e operação de conta salário (2.718). As resoluções são encontradas no *site* do Banco Central.

Os principais direitos dos correntistas:

- \$ Receber informações claras e em formato que permitam fácil leitura de contratos, tarifas e taxas, além de encargos, multas e demais condições.
- \$ O início da cobrança de um serviço ou o aumento de preço deve ser informado com 30 dias de antecedência.
- \$ Na prestação de serviços por meios alternativos aos convencionais, os bancos devem adotar medidas que preservem a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações, assim como a legitimidade dos serviços, devendo, quando for o caso, informar sobre riscos existentes.
- \$ Os bancos não podem fornecer produtos que não foram solicitados pelo correntista, tampouco movimentar o dinheiro de contas correntes para contas poupanças e vice-versa, sem autorização do cliente.

- \$ As instituições não podem fazer venda casada, isto é, vincular a prestação de um serviço à compra de outro.
- \$ Em caso de antecipação de pagamento, devem ser descontados proporcionalmente os juros e outros acréscimos cobrados pela instituição financeira.
- \$ É obrigatório o atendimento preferencial a portadores de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e de pessoas acompanhadas por crianças de colo, além de igualdade de atendimento a clientes e não-clientes.
- \$ Fornecimento gratuito de extrato mensal com a movimentação da conta.
- \$ fornecimento, sem custos, a escolha do cliente, de cartão magnético ou um talão de cheque com pelo menos 10 folhas por mês.
- \$ Não pode ser cobrada a manutenção de contas de poupança, exceto as inativas.



Dicas de segurança

- ❶ Jamais forneça seu cartão ou informe sua senha a terceiros.
- ❷ Comunique imediatamente à central de atendimento do banco qualquer problema no uso dos caixas eletrônicos ou em casos de perda, roubo e extravio de cartão.
- ❸ Dê preferência a caixas automáticos instalados em locais de grande movimentação e, se possível, em ambientes internos.
- ❹ Acompanhe todos os créditos e débitos em sua conta corrente.
- ❺ Ao efetuar pagamentos com cartões de crédito, evite que ele fique longe de seu controle.
- ❻ Antes de assinar o comprovante de venda com cartão de crédito, sempre solicite a via do consumidor e confira o valor declarado da compra.
- ❼ Avise imediatamente a operadora do cartão em caso de perda, extravio ou furto.
- ❽ Ao acessar sua conta pela Internet, não realize operações em equipamentos que você não conheça, que não tenham antivírus atualizados ou programas de segurança.
- ❾ Troque a sua senha de acesso ao Internet Banking periodicamente.
- ❿ Não execute aplicações, nem abra e-mails ou arquivos de origem desconhecida.
- ⓫ Ao entrar no *site* do banco, verifique se há um cadeado fechado na parte inferior do programa de navegação para confirmar se é uma conexão segura. Fonte: Febraban



Reclamações mais comuns e providências

Cobranças indevidas – são aquelas que não foram comunicadas anteriormente, cobranças duplas e aquelas referentes aos serviços que não foram contratados pelo cliente.

Consumidor negativado indevidamente – os bancos só podem encaminhar o nome do cliente para os serviços de proteção ao crédito

nos casos já previstos no contrato de prestação de serviços da instituição. Se enviado indevidamente, ele pode entrar na Justiça e pedir indenização por danos morais.

Falhas bancárias – problemas como conta ou cartão encerrado sem pedido, devolução de cheques mesmo quando há fundos, entre outros.

Diante de qualquer irregularidade, o consumidor deve buscar uma solução com o gerente de sua agência bancária. Em casos mais graves, registre a ocorrência em uma delegacia de polícia. Peça orientação nos órgãos de defesa do consumidor e/ou na Central de Atendimento ao Público, do Banco Central. É importante que o correntista guarde sempre os extratos, comprovantes e recibos dados pelo banco. Fonte: Fundação Procon/SP

Projetos em tramitação no Congresso Nacional asseguram direitos

Os bancos podem ser obrigados a afixar, nas agências, tabela de preços de serviços cobrados e relação de atendimentos isentos de tarifa, de acordo com projeto (PL 2.634/00) do deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO), aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, nos termos do substitutivo do deputado Jonival Lucas Júnior (PTB-BA). Apesar da obrigatoriedade já estar prevista em resolução do Conselho

Monetário Nacional, vários bancos vêm desobedecendo à determinação, o que pode ser resolvido com lei federal, segundo relatório da matéria. O projeto estabelece ainda que a cobrança pela prestação de serviços, quando debitada em conta, deverá ser claramente identificada no extrato de conferência. A proposição aguarda o exame de outras comissões da Câmara dos Deputados.

O então deputado Ricardo Berzoini,

atual ministro do Trabalho, é o autor de proposições que prevêm garantias a usuários de bancos. O PL 237/99 estabelece sanções administrativas às instituições financeiras que pratiquem abusos no atendimento ao usuário; o PL 673/99 define a responsabilidade civil das instituições financeiras e empresas de crédito nos casos de assalto, determinando o pagamento de indenização pelos danos sofridos dentro de suas

dependências; e o PL 6.212/02, que dispõe sobre proibição de cobrança de tarifa bancária decorrente do serviço de compensação de cheques e outros documentos pelas instituições financeiras.

A obrigatoriedade de demonstração, nos extratos, de encargos e taxas está prevista no PL 728/99, do deputado Corauci Sobrinho (PFL-SP). Já o PL 4.780, do deputado Feu Rosa (PSDB-ES), estabelece garantias na emissão de cheques.

Informações

Banco Central do Brasil
Tel.: 0800 99-2345
Das 9h às 16h nos dias úteis. Ligação gratuita
www.bcb.gov.br

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça
Tel.: (61) 429-3942
www.mj.gov.br

Federação Brasileira de Bancos (Febraban)
Tel.: (11) 3244-9819

www.febraban.org.br

Fundação Procon de São Paulo
Tel.: (11) 151
www.procon.sp.gov.br

Portal do Consumidor Informações e endereços dos Procons em todo o país.
www.portaldoconsumidor.gov.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Tel.: (11) 3874-2152
www.idec.org.br

Pro Teste - Associação Brasileira de

Defesa do Consumidor
Tel.: (21) 4502-2828
www.proteste.org.br/

Associação Nacional de Defesa dos Consumidores do Sistema Financeiro (Andif)
Tel.: (11) 3106-1537
www.andif.com.br

Associação de Defesa dos Direitos da Cidadania e do Consumidor (Pro-Consumer)
Tel.: (51) 3333-8700
www.proconsumer.com.br

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador
Tel.: (21) 2723-6688
www.abradecont.org.br

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Cíveis (Adcon)
Tel.: (21) 2568-6087
www.adcon.org.br

Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador (Anacont)
Tel.: (21) 2524-6690
www.anacont.org.br